



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL
JOANA DRESCH RIBEIRO DE ALMEIDA

INSTABILIDADE POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI E O CASO
BRASILEIRO: uma análise geopolítica

RIO DE JANEIRO

2020

JOANA DRESCH RIBEIRO DE ALMEIDA

INSTABILIDADE POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI E O CASO
BRASILEIRO: uma análise geopolítica

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/IE/UFRJ), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo

RIO DE JANEIRO

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

R484 Ribeiro de Almeida, Joana Dresch.

A instabilidade política na América Latina do século XXI e o caso brasileiro:
uma análise geopolítica / Joana Dresch Ribeiro de Almeida. – 2020.
85 f.; 31 cm.

Orientador: Eduardo Alberto Crespo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2020.

Bibliografia: f. 71 – 85.

1. Geopolítica. 2. Instabilidade política. 3. Brasil – Política econômica. I. Crespo,
Eduardo Alberto, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de
Economia. III. Título.

CDD 327.101

**INSTABILIDADE POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XXI E O CASO
BRASILEIRO: uma análise geopolítica**

Dissertação de Mestrado apresentada como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título de
mestre em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Eduardo Alberto Crespo (orientador, IE/UFRJ)

Prof. Darc Antonio da Luz Costa(IE/UFRJ)

Prof. Jaime Ernesto Winter Hughes León (IE/UFRJ)

RIO DE JANEIRO

2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores informais, Professores Metri e Darc, agradeço pelo acolhimento tanto no Laboratório Oricellari quanto no Instituto da Brasilidade. Ambos os espaços me permitiram desenvolver o pensamento que resultou na presente dissertação.

À minha mãe Patricia agradeço por respeitar o meu tempo, por me dar colo, por se preocupar com o meu bem-estar, pelos carinhos que ela tão espontaneamente me faz e por toda a ajuda que só uma mãe consegue entender ser necessária.

Ao meu pai Fabio, que nunca pegou tanto no meu pé pra terminar alguma coisa, agradeço pelas diversas indicações bibliográficas e pelo apoio que me permitiu o privilégio da escolha.

Aos meus avós Helena, Osmar e Lucila agradeço por serem meus maiores apoiadores e fãs. Eu amo muito vocês.

Ao meu padrasto e às minhas famílias, Vaz e Miranda, agradeço pela compreensão e torcida no fim dessa jornada.

Ao meu irmãozinho Felipe agradeço por estar sempre por perto, mesmo que longe - em pensamento, memória ou ligação - e por me animar a terminar logo a dissertação pra gente poder se ver.

Às melhores amigas e ao meu melhor amigo - Mylena, Letícia e Vitor - que sempre estiveram ao meu lado (cada um à sua maneira), acreditaram em mim e nunca me deixam sentir menos merecedora das minhas conquistas.

Ao meu companheiro Angelo, que faz jus ao seu título me fornecendo todo tipo de apoio e incentivo e ajudando a estar preparada para apresentações, mas não deixa de me dar broncas quando procrastino. Sofreu ao meu lado e agora vai celebrar ao meu lado também.

À família Marcantonio pelo caloroso acolhimento e palavras de encorajamento.

Às amigas e aos amigos que estiveram ao meu lado nos dias de luta e nos dias de glória durante minha trajetória acadêmica como Nathalie, Polyana, Vitória, Murillo, Le Moussa, Carol Bizo e Ana Ju.

Ao pessoal da Pelada da Pós do IE e aos colegas da turma de mestrado, com os quais construí essa caminhada e que se tornaram muito próximos de mim nos últimos dois anos, em especial Nathana, João, Pedrinho, Marcos, Tonon, Jaime, Kosinski e Márcio.

Esse trabalho tem um pedacinho de todos aqui citados, por isso sou profundamente grata.

“A democracia é um luxo do Norte. Ao Sul é permitido o espetáculo, que não é negado a ninguém. E ninguém se incomoda muito, afinal, que a política seja democrática, desde que a economia não o seja. Quando as cortinas se fecham no palco, uma vez que os votos foram depositados nas urnas, a realidade impõe a lei do mais forte, que é a lei do dinheiro. Assim determina a ordem natural das coisas. No Sul do mundo, ensina o sistema, a violência e a fome não pertencem à história, mas à natureza, e a justiça e a liberdade foram condenadas a odiar-se entre si.”

(GALEANO, Eduardo)

RESUMO

Depois de Manuel Zelaya, em Honduras, e Fernando Lugo, no Paraguai, a presidente brasileira Dilma Vana Rousseff foi derrubada, no ano de 2016. Enquanto herdeira política de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma fazia parte da continuidade do governo do Partido dos Trabalhadores no país - governo esse que se opôs, em certo nível, à manutenção do *status quo* da geopolítica regional e da sua própria política externa através da postulação de uma agenda internacional baseada no fortalecimento da soberania nacional brasileira e de sua projeção como potência emergente. Assim, o presente trabalho buscou compreender de que maneira esse desafio à hegemonia estadunidense, especialmente no hemisfério ocidental, poderia ter influenciado o processo que levou à ruptura política de larga escala desde uma perspectiva global, passando por uma perspectiva regional e culminando, por fim, na perspectiva nacional. Para tanto, esse trabalho parte de uma concepção realista e tradicional das Relações Internacionais associada a uma reflexão de natureza geopolítica, a fim de inserir o objeto da pesquisa dentro de uma moldura sistêmica maior.

Palavras-chave: Geopolítica; Instabilidade Política; Brasil; PT

ABSTRACT

After Manuel Zelaya, in Honduras, and Fernando Lugo, in Paraguay, Brazilian president Dilma Vana Rousseff was overturned in the year of 2016. As the political heiress of Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma's government was a continuity of the Labour Party's (PT's) administration in the country - an administration which opposed, in a certain level, the maintenance of the regional geopolitics' and its own foreign affairs' *status quo* through the postulation of an international agenda based upon the invigoration of the Brazilian national sovereignty and its projection as an emerging power. Therefore, the present study sought to comprehend in which manner the defiance of the US hegemony, especially in the western hemisphere, could have influenced the process which led to the large scale political rupture from a global perspective, through a regional perspective, culminating at last in a national perspective. For this purpose this study stems from a realist and traditional conception of the International Relations associated with a reflection of geopolitical nature in order to insert the research object in a larger systemic framework.

Keywords: Geopolitics; Political Instability; Brazil; Labour Party; PT

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. AS RIVALIDADES INTERNACIONAIS EM ESCALA GLOBAL	18
2.1. Rivalidades entre Estados Unidos e Rússia	19
2.2. Rivalidades entre Estados Unidos e China	22
3. AS RIVALIDADES INTERNACIONAIS EM ESCALA REGIONAL	28
3.1. A geopolítica latinoamericana sob a ótica da Longa Duração	28
3.2. Consequências políticas regionais da guinada à esquerda no século XXI	35
3.3. Influência de atores extrarregionais	39
3.3.1. China	40
3.3.2. Rússia	42
4. AS RIVALIDADES INTERNACIONAIS EM ESCALA ESTATAL	44
4.1. Mudanças fundamentais promovidas pelo governo PT	44
4.2. O Brasil como Estado pivô	47
4.2.1. Diplomacia e geopolítica dos anos Lula	51
4.3. As manifestações de 2013 e a derrubada de Dilma Rousseff	58
5. CONCLUSÃO	66
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1. INTRODUÇÃO

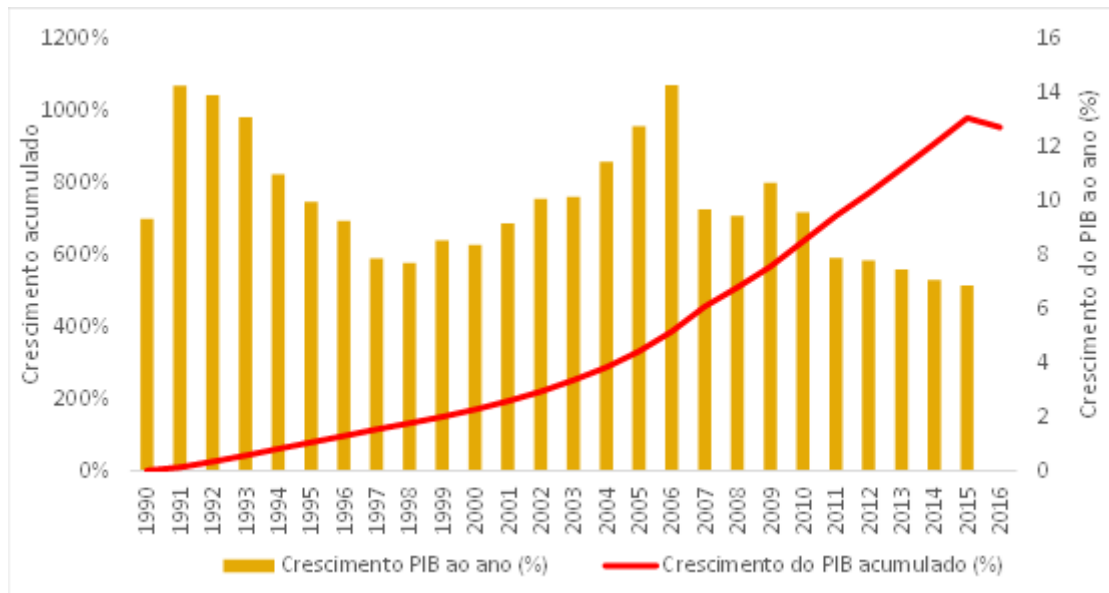
Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a então União Soviética competiram pela supremacia da ordem internacional que se formava. Essa competição envolveu a conquista de áreas de influência e espaços geopolíticos e geoeconômicos - o que marcou profundamente o Sistema Internacional.

Nos anos 1990, a América Latina viveu a redemocratização dos países que sofreram intervenções militares durante a Guerra Fria e, no contexto em que os Estados Unidos da América se estabeleceram como única potência, a implementação do modelo liberal ganhou força em função da imposição do sistema político e econômico do hegemônio ao restante dos Estados integrados à comunidade internacional.

A Rússia, entretanto, conseguiu manter-se um ator de grande relevância em função da herança da União Soviética e, no início do século XXI, já constituía novamente uma frente opositora à supremacia estadunidense.

Na atual circunstância de contestação hegemônica dos Estados Unidos, além da Rússia, outra potência se destaca, a China. Além de registrar taxas de crescimento do PIB extremamente elevadas - de acordo com os dados do Banco Mundial, o PIB da China cresceu quase 1000% entre 1990 e 2016, como podemos averiguar na Figura 1 -, possui crescente alcance geopolítico e geoeconômico. Já no século XXI, em 2012, a China vivenciou uma grande mudança nas diretrizes de sua política externa quando Xi Jinping foi eleito presidente. Xi retoma a narrativa da gloriosa história do império chinês para introduzir no imaginário nacional o que ele chama de “o sonho chinês”, que consistiria numa espécie de rejuvenescimento próspero do país (MOURA, 2015, p. 11).

Figura 1: Crescimento acumulado da China (1990- 2016)



Fonte: elaboração própria de acordo com dados do Banco Mundial¹

Uma das maiores questões impostas à Rússia durante o século XXI é a expansão da OTAN para o leste, que ameaça esse espaço geopolítico herdado da União Soviética. As respostas russas a este movimento deixam claro a força da herança de poder e influência sobre determinados espaços geopolíticos e geoeconômicos, como por exemplo na Crimeia.

Foi nesse cenário que ocorreram diversas transformações, que perpassam a política e estratégia brasileira e que incidem diretamente em regiões de grande importância para a estratégia estadunidense, como é o caso do Oriente Médio e da América do Sul.

Na América do Sul, desde o fenômeno conhecido como “populismo” e encarnado nas figuras de Perón e Vargas, pode-se perceber a existência de ciclos de oscilação entre a esquerda e a direita em processos de disputa de poder na região.

A partir da década de 1950, quando as esquerdas ameaçaram arrebataram o continente durante a Guerra Fria, foram instauradas ditaduras que garantiram o alinhamento com o capitalismo. Nos anos 1980 e 1990, conforme supracitado, ocorre a redemocratização dos países e a implementação do modelo liberal, mas, entre o final desta década e início dos anos 2000, o panorama mudou.

Tal qual na ideia de duplo movimento de Polanyi (1980, p. 161), as sociedades reagiram aos efeitos dessas políticas neoliberais que causaram grande disparidade social e,

¹ Ver Banco Mundial. Indicadores do desenvolvimento mundial.

como uma espécie de mecanismo de defesa, começaram a eleger os chamados “neo-populistas”. Nestor Kirchner, Luiz Inácio Lula da Silva, Rafael Correa, Evo Morales, Hugo Chávez foram alguns dos protagonistas desta nova “guinada à esquerda”.

Em resposta a isso, ao longo do recém chegado século XXI, assistimos na América Latina a diversos casos de instabilidade gerados não apenas através dos meios de poder duro², como também por pressões políticas, econômicas, sociais e tecnológicas, numa espécie de desmantelamento interno, o que é característico de guerras híbridas³.

Países que participaram do fenômeno que ficou conhecido como “onda rosa” ou “guinada à esquerda” passaram por processos de diminuição de desigualdades sociais, além de terem galgado, em certa medida, uma reafirmação da sua soberania por meio de uma inserção internacional que contava com o fortalecimento de relações Sul-Sul ou alinhamento com potências que conflitam com a hegemonia regional dos Estados Unidos.

A ruptura política em larga escala, no caso brasileiro, foi realizada através do *impeachment* que se constituiu como um processo relativamente demorado, mas marcado pela ausência de um embasamento jurídico-legal que o justificasse. Ainda assim, o país não sofreu rechaçamento da comunidade internacional.

O processo de derrocada da presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff, teve início numa onda de manifestações para barrar o aumento das tarifas de ônibus nas principais capitais do país. Essas manifestações logo ganharam proporções inimagináveis e o movimento foi capturado e sofreu apropriação por outros atores de maneira que se tornou antipartidário e se afastou da pauta inicial, tornando-se difuso. Com esse afastamento da pauta inicial, os protestos adquiriram estrutura similar àquela das chamadas “revoluções coloridas”, apontadas por Korybko (2015) como instrumentos de desestabilização de governos.

Ao longo dos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, o Brasil, através de uma política externa ativa e ativa, conseguiu ocupar um espaço de Estado pivô, ou seja, de um Estado com ampla capacidade de influência regional (PECEQUILO, 2012, p. 21). Isso foi possível, dentre outros motivos, em função do fortalecimento dos organismos multilaterais,

² Ou *Hard Power*: “[...]corresponde aos recursos de caráter tradicional: dimensões territoriais, posicionamento geográfico, clima, demografia, capacidade industrial instalada, disponibilidade de matérias-primas e status militar.” (PECEQUILO, 2012, p.21)

³ Cujo objetivo, segundo Andrew Korybko em seu livro “Hybrid Wars: the indirect adaptive approach to regime change” (2015, p. 35-36), é criar uma massa de pensamento anti-governista na sociedade, de modo que os cidadãos possam ser manipulados taticamente para atacar os governos de tal forma que as autoridades não consigam se preparar.

como o MERCOSUL, e da proteção da soberania, como por exemplo com o regime de partilha imposto à exploração do pré-sal, que garantia à Petrobrás a participação na exploração da camada que se encontra em território brasileiro.

O presente trabalho se baseia em uma premissa principal: a de que o Sistema Interestatal vive, na atualidade, uma Segunda Guerra Fria. Esta premissa encontra-se devidamente registrada na obra de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2015). A noção de que existe em curso uma disputa entre as maiores potências globais por áreas de influência é o que torna palpável o questionamento desta pesquisa.

Esta visão de Bandeira se contrapõe com a de Francis Fukuyama de que o fim da Primeira Guerra Fria e o triunfo dos Estados Unidos significariam o fim da história no sentido de que, com a prevalência dos regimes democráticos liberais, não haveria mais disputas hegemônicas.

Neste mesmo livro, Bandeira (2015, p. 306) faz uma ligação com a noção de Paradoxo do Hiperpoder de Fiori: “Ao longo de sua história, os Estados Unidos têm demonstrado empiricamente que nas relações internacionais a lei não deriva da justiça, mas da força”. A ideia do Paradoxo do Hiperpoder de Fiori (2004), que também nos é muito cara, propõe que, na década de 1990, os Estados Unidos mais praticaram a instabilidade do que promoveram a estabilidade. Isso se verifica na maneira como os Estados Unidos, até a atualidade, têm promovido sua política externa. Conforme veremos, este é um fator contribuinte para a instabilidade que se verifica nos países sul americanos.

Esta noção vai diretamente de encontro com a teoria da estabilidade hegemônica, formulada por Kindleberger em 1973, que propunha que o Sistema Mundial requer que um, e apenas um, ator hegemônico tome responsabilidade por estabilizá-lo, fornecendo um conjunto de instituições que possam assegurar o “bem público”.

Para além destes debates, o trabalho se utilizará dos principais conceitos de geopolíticos relevantes como Mário Travassos e Nicholas J. Spykman, também dos comentários de Robert D. Kaplan. Para um olhar voltado para o tema de guerras híbridas, pretende-se visitar Darc Costa e Andrew Korybko.

Além disso, serão de suma relevância conceitos apresentados por Cristina Pecequilo e José Luís Fiori, ademais das discussões propostas pelos mesmos. O que dará forma ao conteúdo é a articulação de cada um dos conceitos, discussões e informações trazidos pelos autores.

A produção científica em torno de assuntos da atualidade, apesar de arriscada, é de extrema relevância por fornecer um eixo inicial para análises subsequentes do objeto de estudo. O estudo sobre a instabilidade política que arrebatou o continente latino americano pode servir para acrescentar a uma base de pensamento que busca compreender as causas desta instabilidade de modo a evitá-la no futuro.

Assim, pretende-se contribuir modestamente com a produção acadêmica sobre o papel do espaço político latino-americano nas tensões globais; analisar novas formas de disputa entre as potências globais e o papel da América do Sul nessas disputas; ajudar a desenvolver explicações para instabilidades políticas modernas na região da América Latina; e verificar se há possibilidade de correlacionar a Segunda Guerra Fria à instabilidade política nos países latino-americanos.

A proposta de encontrar explicações para a instabilidade com o intuito de apaziguar de certa forma as desigualdades geradas pela estrutura de poder atual - na qual o continente latino americano ainda vê cerceado, a grosso modo, seu direito à autodeterminação -, nesse sentido, deriva da relevância social, uma vez que deve servir à consolidação acadêmica do tema e vice-versa.

Para realizar um estudo de caso de caráter exploratório, fez-se opção de não especificar um viés teórico, a princípio, praticando uma análise dos pretendidos objetos de estudo - instabilidades políticas e geopolíticas - de maneira anárquica, de modo a não excluir nenhuma abordagem que pudesse contribuir com a sua compreensão.

Para dar conta das pretensões geopolíticas deste trabalho, pretende-se levar em consideração produções que tratem de uma visão geográfico-estratégica realista das relações interestatais. Quanto às pretensões de viés geoeconômico, utilizar-se-á, para abarcá-las, produções que lidem com o tema desde uma visão de cunho desenvolvimentista até uma visão marxista, com o objetivo de oferecer uma visão mais completa sobre este eixo.

A abordagem realista tradicional acaba agindo como base analítica por favorecer uma reflexão sobre os elementos de equilíbrio de poder ao considerar que o Sistema Internacional se insere numa lógica de estado natural anárquico, hobbesiano e de guerra constante. De acordo com Pecequillo (2012, p.28-29),

o Realismo Político sistematiza suas preocupações em torno de dois conceitos-chave, o poder e o conflito. [...] O Equilíbrio de Poder (EP) e a diplomacia terão como função evitar estas ameaças constantes de destruição, seja pelo choque

de interesses entre os Estados, como pelo estabelecimento de relações regulares e mediadas entre os mesmos

Já, para dar cabo da questão da instabilidade política, especificamente a de âmbito nacional, privilegiou-se a narrativa marxista por ter em consideração o conflito de classes e o conflito distributivo, que diversos autores⁴ consideram centrais para a discussão.

A hipótese desta pesquisa basear-se-á na tese central do artigo “Padrões Monetários Internacionais e Crescimento” de Medeiros e Serrano (1999, p.120), que afirma que o desenvolvimento dos países da periferia depende de dois fatores: “as características gerais do regime monetário internacional e, em particular, a forma pela qual o país central opera o padrão monetário internacional” e “a orientação geopolítica da(s) potência(s) dominante(s)”.

Será, portanto, a ideia de que as ameaças à hegemonia geopolítica e econômica dos Estados Unidos (país central) na América Latina (periferia) se constituem como tal por visarem alternativas ao subdesenvolvimento. Entretanto, conforme será visto, a dependência estabelecida pelos dois fatores supracitados faz com que os projetos sejam frustrados, causando instabilidades políticas e econômicas, além de eventuais rupturas na ordem democrática.

Fiori afirma, em seu texto “Por uma economia política do tempo conjuntural” (1984), que entre as relações sociais de luta que se constituem através da guerra e as que se constituem através do mercado existem “as relações de poder, próprias ao conflito político”. Assim, parece relevante que a pretendida abordagem, em nível global, regional e nacional, seja estudada à luz da análise política, geoestratégica e econômica, considerando-se tanto uma narrativa construída através do modelo da guerra quanto a construída através do modelo fictício de mercados. No entanto, essa discussão exigiria uma pesquisa mais aprofundada e, por motivos práticos, decidiu-se por privilegiar o modelo da guerra - sem deixar de lado, porém, questões de ordem geoeconômica.

A narrativa do modelo da guerra supõe tanto que há uma escalada aos extremos e uma tendência a enfrentamentos bipolarizados, quanto um estado constante de guerra que, portanto, não poderia ser composto apenas de ataques isolados ou “golpes sem duração”. Essa abordagem faz coro à noção anteriormente mencionada de que há uma espécie de guerra

⁴ Ver SINGER et al. (2016).

assimétrica em curso e, portanto, explica as instabilidades a nível geopolítico, se aliada às noções presentes nas análises sobre a estratégia do hegemom para o continente.

Fiori, inclusive, critica a forma como foi construída a abordagem do modelo fictício de mercados por uma visão liberal das Relações Internacionais⁵ (que, ao contrário da abordagem anterior, não supõe uma polarização extrema e calculada, mas uma espécie de rivalização “pacífica” onde múltiplos atores competem entre si e tentariam construir pontos de equilíbrio através da sua racionalidade). Ele afirma que até mesmo a forma como a temporalidade atua nesse tipo de análise parece “logicamente reversível” e apresenta uma visão mais próxima à marxista⁶, que compreende o tempo de maneira cíclica e a tendência à criação de oligopólios na estrutura produtiva de modo que o Estado e a economia atuam em consonância por uma inserção privilegiada, gerando também conflitos e crises sistêmicas.

Em sentido temporal, a análise parte do que Braudel chama de “tempo factual” ou “tempo do cronista” para um tempo conjuntural. Para tanto, debruçar-se-á sobre artigos jornalísticos e da cobertura dos fatos pela mídia, para, então, encaminhar-se ao exame de fontes que estudem as tendências em questão com maior amplitude temporal, observando-se sempre a relação entre as duas análises, com a intenção de estabelecer uma relação quase simbiótica entre os tempos.

Ademais, optou-se por analisar os fatos ocorridos entre os anos de 2006 e 2016. O ano de 2006 foi escolhido por ser o ano em que a Foreign Affairs publicou a matéria intitulada “Latin America’s Left Turn: A Tale of Two Lefts”, na qual ela reconhece um claro movimento de ascensão das esquerdas⁷. Também no ano de 2006 inicia-se informalmente a coordenação entre Brasil, Rússia, Índia e China, que posteriormente veio a se tornar o BRIC. A escolha do ano de 2016 - ano da derrocada de Dilma Rousseff -, entretanto, foi mais arbitrária, no sentido de delimitar o escopo da pesquisa.

Assim sendo, a construção do projeto partirá de uma revisão bibliográfica focada na área da produção acadêmica relevante para o enfoque geopolítico, geoeconômico e estratégico. A abordagem do tema será feita à luz das relações interestatais e conflitos entre os principais atores do cenário (partindo do micro para o macro): Brasil, Venezuela, Rússia, China e Estados Unidos.

⁵ Interpretação da autora, tendo em vista as características apresentadas no texto

⁶ Interpretação da autora, tendo em vista as características apresentadas no texto

⁷ Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn>>. Acesso em: set. 2020.

Para analisar os conflitos e atritos existentes em contexto interno e externo e entre as principais potências mundiais, pretende-se observar os fatos mais relevantes em três níveis. A nível global percebe-se fatores como a emergência do bloco de países conhecido como BRICS, a ascensão chinesa em termos econômicos e militares, os conflitos entre Rússia e Estados Unidos, dentre outros. A nível regional, considera-se o espaço político ocupado pelas esquerdas nas últimas décadas na América Latina, a estratégia geopolítica e geoeconômica desses países latinoamericanos e a reação estadunidense a isto, além da interação dos países latino-americanos com potências extra-regionais, com destaque para Rússia, China e Estados Unidos. Por fim, a análise afunila para o caso específico escolhido, arrebatado pela ruptura política de larga escala causada por uma instabilidade cuja origem, supor-se-á, advém de uma força gerada a nível, pelo menos, regional.

A relevância na escolha do caso brasileiro se dá pelo fato de que o processo político em questão - o movimento de instabilidade e ruptura que destituiu Dilma Rousseff - marcou a história do país sul-americano - país esse que, ao longo da primeira década do século XXI, ganhou projeção e capacidade de influência regional - e se insere num contexto regional de instabilidades que apresentam grande similaridade quando lidos à luz da mesma análise proposta, sendo, portanto, parte de uma tendência.

Dessa forma, a importância de observar as tendências e conflitos entre as principais potências (Rússia, China e Estados Unidos) está no fato de que, segundo a presente análise, a nível regional emergem fatores que dialogam com esses conflitos e influenciam diretamente a realidade política brasileira.

2. AS RIVALIDADES INTERNACIONAIS EM ESCALA GLOBAL

No livro “O mito do colapso do poder americano” (2008), Fiori, Medeiros e Serrano, defendem que a crise dos anos 1970 aponta um aumento da pressão competitiva interestatal e não uma derrocada do poder estadunidense, como se imaginou. Na análise conjuntural da geopolítica do século XXI, levando em consideração a pressão interestatal que tais autores apontam, é central o estabelecimento também da ressurreição militar da Rússia e da ascensão econômica e militar da China no tabuleiro internacional. É esse fato que justifica o interesse do presente trabalho em analisar as relações geopolíticas que se estabelecem, se aprofundam ou se sobressaem durante o período analisado.

Diversos autores⁸ falam de uma “Segunda Guerra Fria” onde as potências supracitadas travam disputas mormente por zonas próximas à Eurásia, não se restringindo, contudo, a essa região global. A Professora Beatriz Bissio utiliza em seu artigo “Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia” (2017) a premissa da ascensão de uma multipolaridade global onde, novamente, os atores em destaque são Rússia, China e Estados Unidos. A “Segunda Guerra Fria” não seria, portanto, uma disputa bipolar, como a primeira.

Dois sintomas desse novo arranjo da geopolítica mundial são a declaração assinada por Hu Jintao e Vladimir Putin, conhecida como “*World Order in the 21st Century*” e a criação da Organização de Xangai (uma espécie de OTAN do Oriente, que inclui ainda Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Paquistão⁹).

A declaração supracitada criou uma trégua geopolítica entre os dois países - que são rivais históricos no campo das disputas territoriais e de domínio das redes hidrográficas asiáticas (TRAVASSOS, 1938 p.XIII-XIV) -, servindo para enfatizar “os princípios que orientariam as relações entre ambas: ‘respeito mútuo da soberania, integridade territorial, não-agressão e não-interferência’” (BISSIO, 2017, p.541).

Entende-se que essa aproximação exista como uma resposta a um “inimigo comum”, os Estados Unidos, que à época tinha em pauta a chamada “Doutrina Bush” caracterizada pelo aumento nas intervenções militares ocidentais nas mais diversas regiões do planeta. Nesse sentido, o *World Order In the 21st Century* demonstra o caráter da consonância entre os

⁸A exemplo de Moniz Bandeira (ver “A Segunda Guerra Fria - Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos”), Pecequillo e Luque (ver “EUA e Rússia: Convergência e Divergência Geopolítica (1989-2016)”).

⁹ Para mais informações, ver: <http://eng.sectesco.org/about_sco/> Acesso em: set 2020.

países asiáticos em questão através da rejeição Sino-Russa de qualquer tipo de intromissão estrangeira e a sua oposição à imposição de “modelos de desenvolvimento políticos e sociais desde o exterior” (BISSIO, 2017, p.541).

Já a Organização de Xangai, guardadas as disparidades com a OTAN - especialmente em termos de *modus operandi* ou poderio militar da entidade -, embute uma proposta de ampliação da cooperação militar com ênfase em segurança e inteligência compartilhada, com o objetivo de enfrentar as ofensivas mais relevantes para o grupo: terrorismo, separatismo e extremismo.

Conseqüentemente, no século XXI torna-se notável a cooperação militar entre Rússia e China, especialmente em termos comerciais, uma vez que a Rússia foi importante fonte de tecnologia militar e sistemas de armamento para a China. “[...] em determinados setores — como os da guerra eletrônica, dos motores e dos sistemas de combate embarcados de melhor desempenho — ela permanece dependente de países estrangeiros, principalmente da Rússia.” (ZAJEC, 2008).

2.1. Rivalidades entre Estados Unidos e Rússia

A Rússia possui três pontos de pressão geopolítica: o Cáucaso; a Ásia Central e Sul da Ásia; e a “vizinhança ocidental” (PECEQUILO; LUQUE, 2016, p.4). A penetração dos EUA nesses espaços permite acesso a recursos eurásianos, como, por exemplo, petróleo e gás, que são elementos essenciais em termos de acumulação de poder no tabuleiro global. Trataremos primeiramente da região do Cáucaso, passando depois pelas rivalidades na região da vizinhança ocidental (caracterizada por ser uma região de ex-repúblicas soviéticas), abordando, por fim, algumas das iniciativas geopolíticas na Ásia Central e Sul da Ásia.

Uma das formas de atrito entre Estados Unidos e Rússia se consolidou através do que ficou conhecido como “Diplomacia dos Dutos”, que consistiu basicamente na construção de gasodutos e oleodutos que funcionassem como alternativa ao quase monopólio russo em relação ao fornecimento de bens energéticos à Europa. O oleoduto Baku-Tiflis-Ceyhan (BTC), que podemos ver na Figura 2, encontra-se na região do Cáucaso e é um claro exemplo dessa investida ocidental. Em 2006, durante o governo de Mikhail Saakachvili na Geórgia, o duto entrou em funcionamento. Também durante o governo de Saakachvili ocorreram os conflitos entre a Geórgia e a Rússia que resultaram na independência da Abecásia e Ossétia

do Sul (apoiadas pela Rússia) em 2008, mesmo ano em que a OTAN afirmou a possibilidade de tornar a Geórgia parte da organização¹⁰.

Figura 2: O oleoduto Baku-Tiflis-Ceyhan



Fonte: BAKU-TBLISI-CEYHAN PROJECT DIRECTORATE

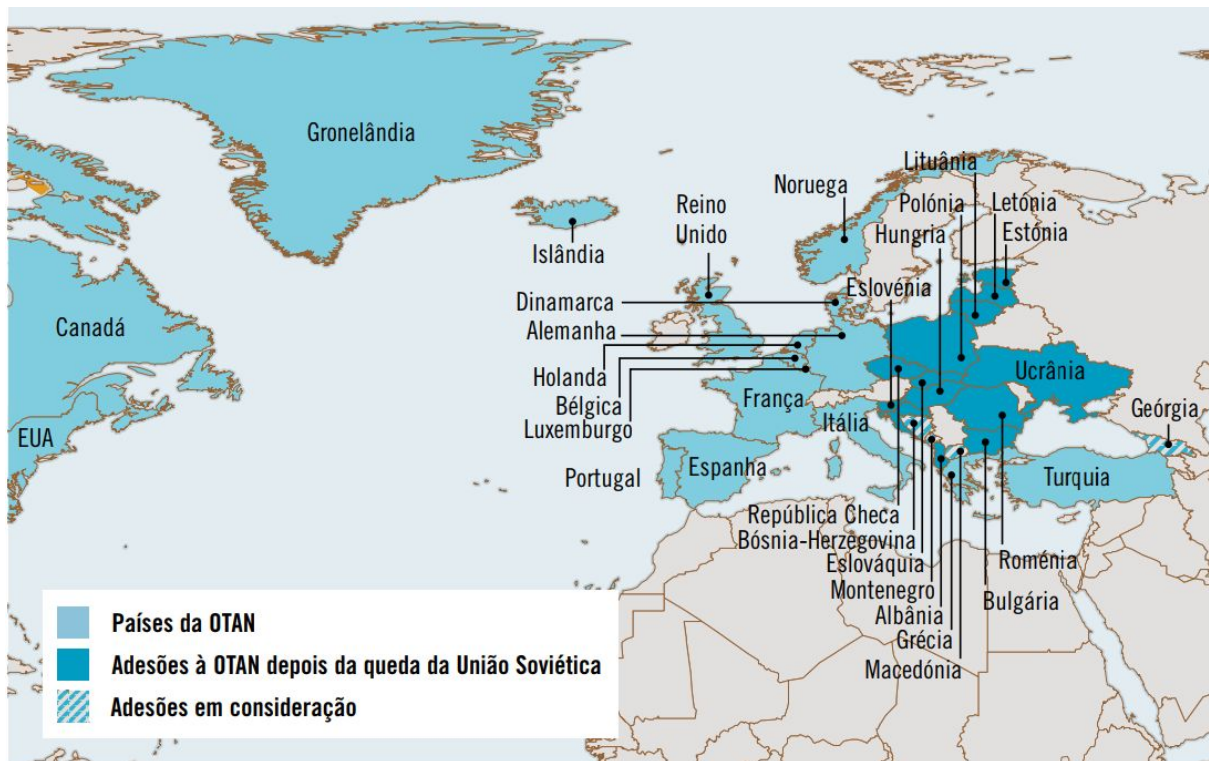
Conforme afirma Bissio (2017, p.538), a expansão da OTAN em direção ao leste europeu é percebida por alguns como uma resposta ao aumento da influência russa na Ásia. Esse aumento pode ser percebido tanto no plano econômico como através de investimentos em infraestrutura na região, o que remete ao plano geopolítico. Nesse sentido, cabe salientar a importância do Fórum Econômico Oriental - estabelecido através de decreto presidencial por parte da Rússia¹¹, em 2015, e realizado no mesmo ano -, onde foram assinados 34 acordos de investimento, cujo montante excede US\$20bi.

¹⁰ Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080808_entenda_ossetia_cg.shtml>. Acesso em: set 2020.

¹¹ Disponível em: <<https://forumvostok.ru/en/about-the-forum/decree/>>. Acesso em: set 2020.

Figura 3: A expansão da OTAN para o Leste



Fonte: PICCOLLI, 2016.

Em 2014 ocorreu a anexação da Crimeia pela Rússia¹² durante um conflito com a Ucrânia. Em termos táticos, esse conflito contou não apenas com mecanismos militares, mas também com a pressão gerada pela “Guerra do Gás”, que se deu por meio do corte do abastecimento de gás para a Ucrânia como uma forma de desestabilizar politicamente o país. A Crimeia, região pertencente à zona de instabilidade da “vizinhança ocidental”, era, até então, um território da Ucrânia. Acredita-se que sua anexação se deu em função da aproximação ucraniana com a Europa e com a OTAN, que comprometeria a projeção do poder russo em relação ao Mar Negro, uma vez que a maior parte da sua frota naval encontra-se na região da Crimeia. A importância do Mar Negro é consequência da sua localização geográfica, que permite acesso aos mares quentes e possibilita o comércio direto com o Mar Mediterrâneo.

No período de 2009 a 2011, sob a presidência de Dmitri Medvedev, a Rússia realizou uma aproximação estratégica e bilateral com a China em âmbito energético, que envolvia a construção de gasodutos e oleodutos, além de fornecimento preferencial de energia. Ademais

¹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/03/entenda-crise-na-crimea.html>>. Acesso em: set. 2020.

dessa aproximação bilateral, ocorreu uma aproximação política multilateral através dos BRICS, cuja primeira cúpula foi realizada na Rússia em 2009, enfatizando seus papéis enquanto nações emergentes.

Entre 2011 e 2014, quando Putin já estava de volta à presidência, a Rússia - como uma reação às ofensivas econômicas e geopolíticas estadunidenses realizadas através da “Parceria Transpácífica” (TPP) e da “Parceria Transatlântica” (TTIP), que excluem os BRICS de seu escopo - aumentou os mecanismos de projeção da sua presença na Eurásia. Durante esse período ocorreu também o estabelecimento de acordos bilaterais dos EUA com Iraque e Afeganistão, garantindo presença de tropas estadunidenses na região, o que causou tensão com a Rússia.

Por fim, cabe tratar da importância da região Ártica para a geopolítica russa. Esta remete à Guerra Fria, quando foi considerada uma zona primordial pelas potências em embate por representar a menor distância entre Estados Unidos e União Soviética. Por volta dos anos 2000, com o aquecimento global e suas consequências sobre o clima e o planeta, dentre as quais o derretimento das calotas polares, possibilitou-se acesso marítimo a uma região antes inexplorada e com grande potencial energético. Isso fez com que a Rússia voltasse sua atenção mais intensamente a essa região, na primeira década do século XXI, o que toma forma quando o país finca uma bandeira no fundo do Oceano Glacial Ártico. Conforme se desenvolvem as tensões entre Rússia e Estados Unidos, percebe-se uma intensificação da presença militar e industrialização da região por parte da Rússia¹³, especialmente entre 2014 e 2015, por conta dos conflitos na Ucrânia e na Síria.

2.2. Rivalidades entre Estados Unidos e China

Em seu artigo “ The Geopolitics of China: A Great Power Enclosed” (2008, p.2), George Friedman afirma que a China possui três imperativos geopolíticos: a manutenção da unidade interna no “heartland” chinês, a manutenção do controle sob as “regiões de amortecimento”¹⁴ e, por fim, a proteção da costa contra invasões estrangeiras. Debruçar-nos-emos, entretanto, sobre os dois últimos tópicos, por dizerem respeito às questões de política internacional.

¹³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/02/internacional/1427998445_036342.html>. Acesso em: set. 2020.

¹⁴ Tradução da autora. No original: “buffer regions”. (FRIEDMAN, 2008, p.2)

De acordo com Friedman, apesar de seu caráter territorial, a China configura-se como uma ilha, já que se encontra cercada por terrenos de difícil transposição - denominados pelo autor como “regiões de amortecimento”-, o que a protege, mas também a isola. Por este motivo, a partir do século XIX, quando os europeus chegaram à região oriental do pacífico, a costa chinesa passou a se configurar como o ponto mais vulnerável de sua geopolítica, enquanto estivessem sob controle as referidas “regiões de amortecimento”.

Não surpreende, portanto, que durante as primeiras décadas do século XXI a China tenha reforçado politicamente suas ações de modo a salvaguardar a enorme importância da manutenção do controle e proteção dos Mares da China através da expansão de sua capacidade marítima e proteção de sua costa. De acordo com Wanderley Messias da Costa (2015), a China assume atitudes mais agressivas, do tipo “geopolítica clássica”, ao se tratar da região do Sudeste asiático ou Ásia-Pacífico e “recorre à dissuasão militar ou ao uso da força, se necessário, na defesa do que considera seus legítimos interesses nacionais.”.

Ao todo, a China “reivindica o domínio pleno sobre mais de 4 milhões de quilômetros quadrados de mar” (ZAJEC, 2008). Na Figura 4 podemos observar o chamado “mapa dos nove traços”, que mostra as reivindicações chinesas quanto ao espaço marítimo da região. Através desse mapa torna-se possível compreender o motivo do desconforto geopolítico gerado pelos EUA ao realizarem acordo com as Filipinas em 2016, concedendo direito à utilização de cinco de suas bases militares, estando algumas delas muito próximas ao espaço reivindicado pela China¹⁵. A importância do mar para o dragão asiático, conforme também informado na imagem, muito tem que ver com seu abastecimento energético, uma vez que é um dos maiores consumidores de petróleo do mundo.

¹⁵ Disponível em: <<https://eesp.fgv.br/noticia/disputas-no-mar-da-china-e-o-pre-sal>>. Acesso em: set. 2020.

Figura 4: A disputa pelo Mar da China



Fonte: Público¹⁶

Outro ponto central para a geopolítica da China desde 1949 é a questão com Taiwan. Defende-se que Taiwan deva seguir o modelo de Hong Kong, onde adotam-se os dois

¹⁶ Disponível em:

<<https://www.publico.pt/2016/06/11/mundo/noticia/a-asia-mergulhou-de-cabeca-num-mar-traicoeiro-1734657>>.

Acesso em: set. 2020.

sistemas políticos (comunismo e capitalismo), seguindo a proposta de Deng Xiaoping. Apesar das relações econômicas apontarem para uma aproximação de Taiwan com a China, na esfera estratégica e militar as relações com os Estados Unidos possuem preponderância. No ano de 2016, pouco depois da realização de manobras militares taiwanesas nas quais foram simulados ataques chineses¹⁷, as relações entre China e Estados Unidos se abalaram quando o presidente Trump rompeu com a prática diplomática de seus antecessores e estabeleceu diálogo com a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen.¹⁸

A estratégia estadunidense para a China parece uma espécie de cercamento geopolítico. Japão, Coreia do Sul e Cingapura - além de Taiwan - recebem apoio militar e estratégico, destacando-se a base militar estadunidense nas ilhas Diaoyu (ou Senkaku) - que se encontram sob posse do Japão, mas são reclamadas pela China - e o posicionamento de sua sétima frota naval em Yokosuka - também no Japão -, conforme pode ser observado na Figura de número 5.

Se esses desgastes envolvendo EUA e China ainda não resultaram em conflito aberto é porque a China trabalha sua geopolítica de forma defensiva em relação aos Estados Unidos e tende a não adotar uma política confrontacionista com os países do Norte (de uma maneira geral). Essa diretriz política se associa a uma cooperação que estende aos países do Sul: “Igualmente, apesar de seu poder, a China busca definir-se como uma destas nações do ‘Sul’, preservando sua identidade político-social-estratégica como nação do Terceiro Mundo e em desenvolvimento.” (CARMO; PECEQUILO, 2014, p.38).

¹⁷ Disponível em:

<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/taiwan-inicia-manobras-militares-em-plena-tensao-com-china.html>>. Acesso em: set. 2020.

¹⁸ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-conversa-com-presidente-de-taiwan-sob-risco-de-irritar-a-china.ghl>>. Acesso em: set. 2020.

Figura 5: Frotas Navais Estadunidenses



Um exemplo que corrobora essa afirmação é que a partir do início do governo de Xi Jinping, o dragão asiático passa a voltar sua atenção à necessidade de integração regional, uma vez que a partir de 2008¹⁹ os Estados Unidos passam a demonstrar interesse no projeto conhecido como Parceria Transpácífica (TPP). Em sua última configuração, o acordo, que contava com pelo menos cinco países asiáticos - excluindo evidentemente a China e a Rússia - parecia ter o objetivo de minar a influência Chinesa no sudeste asiático e na própria Eurásia, pois além do acordo de livre comércio, a parceria viabiliza o reposicionamento estratégico de contingente militar na região Ásia Pacífico.

Para tanto, a China providencia uma resposta à altura: o projeto *One Belt One Road* (OBOR), também conhecido como Nova Rota da Seda. Segundo Bissio (2017, pg. 539),

Destinado a ampliar a integração econômica e política da Ásia, com desdobramentos na África, no Oriente Médio e até na Europa, o OBOR utiliza a via terrestre e marítima mediante impressionantes obras de infraestrutura – redes de transporte (rodovias, ferrovias para trens de alta velocidade), oleodutos, gasodutos, portos e fibra ótica – e deve estar completamente implementado em 2025.

¹⁹ Disponível em: <<https://ustr.gov/trans-pacific-partners-and-united-states-launch-fta-negotiations>>. Acesso em: set. 2020.

Ademais, essa projeção sobre a África é sintomática das demandas internas da China. Com este projeto, a potência em ascensão pretende construir estradas que permitam acesso ao corredor eurasiático e a diversos portos na costa da África.

Cabe salientar também que, do ponto de vista da disputa tecnológica, a China teve diversos avanços no seu programa espacial durante o período em análise, lançando, por exemplo, o primeiro módulo de sua futura estação espacial em 2011. Esses avanços expandem ainda mais as fronteiras de disputa geopolítica entre China e Estados Unidos, chegando a extrapolar o escopo da presente pesquisa.

3. AS RIVALIDADES INTERNACIONAIS EM ESCALA REGIONAL

No capítulo anterior observamos as diversas rivalidades em escala global, destacando os maiores atores no referido cenário. Nesta seção do trabalho, trataremos das rivalidades internacionais sob uma perspectiva regional e examinaremos as rivalidades que decorrem das questões geopolíticas no continente americano - mais especificamente na zona do Atlântico Sul.

Far-se-á um esforço para trazer à tona os Estados pivô - de acordo com Pecequillo (2012, p.21), seriam Estados com projeção regional e capacidade de definir equilíbrios e desequilíbrios na região -, ademais de compreender as tentativas de projeção dos atores globais no subcontinente sul americano, fazendo, assim, a conexão com o primeiro capítulo.

Com a ascensão de governos de esquerda ao poder, fenômeno conhecido como “virada à esquerda”²⁰, a América do Sul sofreu diversas transformações no início do século XXI. Isso implicou numa série de mudanças em âmbito regional, mas, para ser fiel ao que nos cabe neste trabalho, o mais relevante aqui é que significou uma mudança na forma como os países da região encaravam as projeções geopolíticas estadunidenses no subcontinente.

Uma vez que o foco estratégico desses governos de esquerda contou com uma tentativa de desagregar as políticas externas do domínio exercido pelo imperativo geopolítico estadunidense na região, pode-se perceber que os países que participam das disputas em primeiro nível, o nível global, encontraram-se inseridos na estratégia que permeou essa mudança geopolítica e que esses países ganharam posições no continente em decorrência disto.

Isso gerou instabilidades na geopolítica estadunidense não apenas por ferir um de seus pilares geoestratégicos, a Doutrina Monroe, cujo lema é “América para os americanos”, mas também por conta do peso das rivalidades a nível global, dentro de uma lógica de “Segunda Guerra Fria”.

3.1. A geopolítica latinoamericana sob a ótica da Longa Duração

²⁰ O termo é amplamente utilizado por analistas e pela mídia. A exemplo do artigo escrito por Fiori em 2013 ou da matéria de 2006 na revista *Foreign Affairs* (disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn>>).

Figura 6: Mapa físico da América do Sul

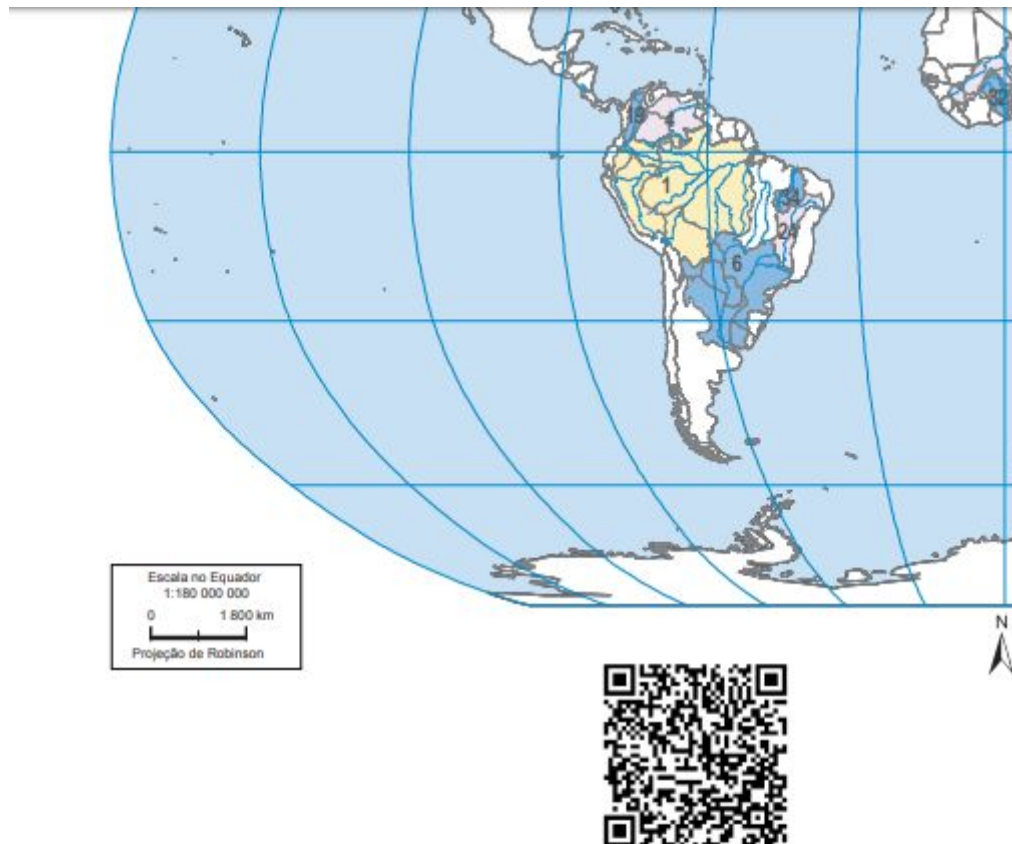


Fonte: IBGE²¹

A América do Sul é uma massa continental, à primeira vista separada da América do Norte pelo Mar do Caribe e por uma estreita faixa de terra, denominada América Central - região conhecida, conforme veremos a seguir, como “Mediterrâneo Americano”. A porção sul do continente americano encontra-se cercada por dois oceanos - a leste o Atlântico e a oeste o Pacífico - e contém duas das maiores bacias hidrográficas do mundo - no norte a bacia do Amazonas e no sul a bacia do Prata.

²¹ IBGE, 2015

Figura 7: Destaque de mapa das maiores bacias hidrográficas do mundo



Principais rios do mundo, volume médio de água superficial na bacia hidrográfica (km³) e extensão do rio principal (km).

mapa	rio principal	localização	volume de água (km ³)	Extensão do rio (km)
1	Amazonas	América do Sul	6 923	6 280
2	Ganges	Ásia	1 386	3 000
3	Congo	África	1 320	4 370
4	Orinoco	América do Sul	1 007	2 740
5	Yangtze	Ásia	1 006	5 520
6	Rio da Prata	América do Sul	811	4 700

Fonte: IBGE²²

A dificuldade de transposição da região amazônica isola, de certa maneira, o subcontinente, relegando, assim, aos países que o compõem, uma grande importância geopolítica às saídas pelos oceanos. Também a Cordilheira dos Andes desempenha papel de isolamento, fazendo com que o acesso ao Oceano Atlântico se torne preeminente em relação

²² IBGE, 2015

ao Pacífico na longa duração, o que não exclui fatores espontâneos que o tornem mais importante de maneira conjuntural.

Para Bandeira (2008), a importância do continente sul americano para a estratégia estadunidense, sob a ótica da longa duração, se dá majoritariamente em função da abundância que dispõe de bens estratégicos, especialmente de recursos minerais, hídricos e energéticos. Do ponto de vista geopolítico, encontra-se no espaço sul americano o Atlântico Sul, que abriga diversas rotas marítimas que dão acesso ao Golfo Pérsico e ao Extremo-Oriente. Além disso, “o Saliente Nordeste dista somente 3.000 quilômetros do ponto mais ocidental da África francesa” (BANDEIRA, 2008, p.13).

Em função desses isolamentos, Nicholas Spykman (1942, p.49) analisa que a América do Sul estabelece uma relação com o mundo Caribenho - do qual fazem parte a Venezuela e a Colômbia - tal qual a África com o mundo Mediterrâneo, destacando que, em ambos os casos, fatores geográficos (para a África o Saara; para a América do Sul os Andes e a floresta Amazônica) impedem que os continentes sejam propriamente do mesmo ambiente geopolítico que seus respectivos mediterrâneos.

Apenas a construção do Canal do Panamá foi capaz de gerar um efeito de aproximação da costa sul do continente americano com o norte do mesmo (SPYKMAN, 1942, p.50-51), como veremos a seguir. Por conta dessa atração gerada pela construção do referido canal, Spykman (1942, p.50) avalia que a comunicação dos Estados Unidos com a América do Sul ocorre majoritariamente através do Oceano Atlântico e que, portanto, há um aumento de relevância da região do Caribe, por tornar possível essa comunicação.

Na leitura de Spykman, a importância geopolítica do Cone Sul - que é a região geopolítica definida pelo autor como o recorte do Rio de Janeiro para baixo -, também chamada de Zona Equidistante, se dá não apenas pela densidade demográfica e localização das mais importantes cidades brasileiras e argentinas, mas também por conta da produtividade agrícola desta sub-região. Apesar de não ter importância análoga à da Eurásia, segundo Kaplan (2012, p.66-67), Spykman temia que algum “poder hostil” obtivesse influência sobre a Zona Equidistante.

Assim, enquanto Nicholas Spykman enxerga a preponderância estrutural da região do Mediterrâneo Americano - região do Grande Caribe, englobando o Golfo do México -, que ele considera “o coração estratégico e geográfico do Novo Mundo”²³ (KAPLAN, 2012, p.65),

²³ Tradução da autora. No original: “strategic and geographic heart of the New World”.

Bandeira (2008) afirma a importância da América do Sul como ativa para a estratégia estadunidense, principalmente, por conta da emergência da China na atual conjuntura e dos conflitos com a Rússia no leste europeu.

Já Travassos (1938), enxerga no Planalto Boliviano o centro geográfico do continente Sulamericano, por se encontrar no local de junção da vertente Amazônica e da vertente Platina no continente. O autor aborda também a existência de um antagonismo entre a vertente Atlântica e a Pacífica. Esse antagonismo seria definidor da preponderância hegemônica política e econômica entre as vertentes. Apesar do TPP e da ascensão chinesa, durante o período analisado, podemos inferir que a vertente Atlântica se notabiliza perante a Pacífica por fornecer acesso aos “grandes feixes de circulação marítima e aérea” (TRAVASSOS, 1938, p. X).

Apesar das divergências quanto à região latino americana de maior primazia para a estratégia estadunidense²⁴, podemos ver que, de qualquer modo, a região do Caribe possui valor estratégico extraordinário não apenas por permitir uma movimentação e união da marinha estadunidense, mas, ao que nos convém no presente trabalho, em função do acesso que permite ao continente sul americano.

Assim, seria impossível compreender a importância da região sem observar primeiramente a geopolítica do Caribe, objetivando, com isso, analisar de que maneira a América do Sul se estabelece dentro do tabuleiro regional e global.

O Mediterrâneo Americano de Spykman “consiste numa grande parte do México, da América Central, Colômbia, Venezuela e a cadeia de ilhas se estendendo em um grande arco desde o leste da Venezuela até a extremidade ocidental de Cuba”²⁵ com uma “segunda cadeia de ilhas”²⁶, as Bahamas, que agem como uma espécie de sentinelas à entrada do Golfo do México (1942, p.46-47).

²⁴ Spykman chega a atribuir a conversão dos Estados Unidos em potência mundial ao domínio do “mar mediterrâneo” americano, que seria o mar do Caribe. Isso permitiu, mais tarde, que fosse realizada a construção do Canal do Panamá, cuja relevância geopolítica veremos à frente.

²⁵ Tradução da autora. No original: “It consist of a large part of Mexico, Central America, Colombia, Venezuela and of the chain of islands stretching in a great arc from the east of Venezuela to the western end of Cuba”.

²⁶ Tradução da autora. No original: “second island chain”.

Figura 8: O Mediterrâneo Americano



Fonte: University of Texas Libraries²⁷

Como dito anteriormente, o Mediterrâneo Americano, à primeira vista, é uma área que divide o Norte do continente Americano do Sul. Todavia, o que ocorre, na realidade é que se cria uma conexão entre eles através da atração gerada pela região, que torna possível, por exemplo, que os Estados Unidos tenham acesso a ambas as costas da América do Sul através do canal do Panamá.

O Canal do Panamá é de suma importância para compreender a estrutura de poder estadunidense estabelecida na região. A construção desse canal proporcionou aos Estados Unidos um ganho de insularidade, assegurando a mobilidade de suas frotas através da conexão entre o Oceano Atlântico e Pacífico, o que assegurou também uma interessante posição em relação às extremidades da Eurásia (KAPLAN, 2012, p.74).

A visão de Travassos faz coro a essa leitura de Kaplan no sentido de que considera ser da região das Antilhas - ou seja, do Mar do Caribe - que provêm os “mais intensos focos de influências estranhas” (TRAVASSOS, 1938, p. 52), por julgar que o Canal do Panamá é o

²⁷ Disponível em: <<http://www.lib.utexas.edu/maps/americas/middleamerica.jpg>>.

centro da política de expansão estadunidense, uma “incubadora da influência yankee” (TRAVASSOS, 1938, p. 52;75).

A magnitude do poder estadunidense, segundo Kaplan (2012, p. 65), deve-se ao fato de que, possuindo o controle hegemônico do Hemisfério Ocidental, os EUA estendem sua energia geopolítica de modo a “afetar a balança de poder no Hemisfério Oriental”²⁸. Importante notar também que nenhuma outra nação no mundo possui influência hemisférica tal como os EUA. Esta seria uma clara consequência do conjunto de políticas conhecido como Doutrina Monroe.

A origem da Doutrina Monroe remete ao discurso do presidente James Monroe, em 1823, no qual ele postulava uma assimetria, baseada na autonomia e soberania territorial, entre os Estados Unidos e os Estados que compunham a América Espanhola. Isso implicou na reivindicação da ingerência sobre a região e sua proteção contra as influências extrarregionais para si. Foi, entretanto, durante o governo do presidente Theodore Roosevelt que o monroísmo ganhou nova face, através da política do *Big Stick* (grande bastão). Essa política pregava que a transgressão ou impotência em resolver assuntos internos desencadeariam legítima intervenção dos Estados Unidos na América Latina. Segundo Bandeira (2008, p.10-11):

Esta doutrina, sintetizada no lema “a América para os americanos”, passara a funcionar, a partir do final do século XIX, como cobertura ideológica para o objetivo estratégico dos Estados Unidos que consistia em manter sua hegemonia sobre todo o Hemisfério Ocidental, conquistando e assegurando as fontes de matéria-prima e os mercados da América do Sul para as suas manufaturas, alijando do subcontinente a competição da Grã-Bretanha e de outras potências industriais da Europa.

Nesse sentido, não é difícil ver as semelhanças entre o que Bandeira relatou sobre o século XIX (na passagem acima) e o que ocorre na América Latina, sobretudo na região do Caribe, onde Spykman (1942) afirma que “nenhuma ameaça séria à posição dos Estados Unidos pode insurgir”²⁹. A diferença é que as ameaças extrarregionais apresentadas neste cenário advêm de uma tentativa de emancipação regional por parte dos próprios países sulamericanos, inclusive a Venezuela - país que o representante do presidente Monroe considerou ser “tímido, indolente, ignorante, supersticioso, incapaz de se esforçar e desprovido de iniciativa” (SCOTT, 1812).

²⁸ Tradução da autora. No original: “affect the balance of power in the Eastern Hemisphere”.

²⁹ Tradução da autora. No original: “No serious threat against the position of the United States can arise”

3.2. Consequências políticas regionais da guinada à esquerda no século XXI

Bandeira (2008) dá prosseguimento à passagem supracitada tratando da proposta estadunidense à época, que teria como objetivo conter qualquer avanço europeu na sua área de influência e garantir seu acesso às fontes de matéria prima e mercado por meio da criação de uma espécie de União Aduaneira com os países latinoamericanos. A 1ª Conferência Pan-Americana, entretanto, não foi à frente porque Chile e Argentina se opuseram ao projeto.

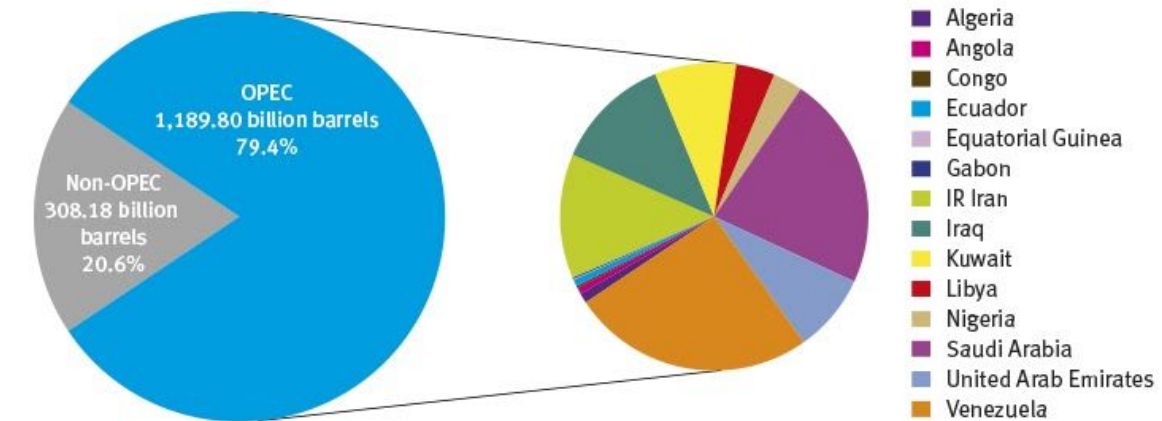
O paralelo mais recente a esse caso foi a tentativa de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que representou a necessidade de estabelecimento de relações comerciais com o claro objetivo de garantir estrategicamente sua hegemonia no hemisfério através de acordos comerciais que impunham a adesão ao Consenso de Washington.

A partir do momento que algumas iniciativas encabeçadas pela Venezuela e Cuba - tal como a Petroamérica - ameaçam o acesso ao mercado consumidor de diversos países na região, torna-se imperativo lograr influência sobre a América Latina, especialmente Grande Caribe.

Na bacia caribenha, dois países (Venezuela e Trinidad) dispõem de boas reservas de hidrocarboneto e de gás, enquanto a maioria dos países das Antilhas e da América Central são desprovidos (Cuba é um pequeno produtor, não autosuficiente). O programa «PETROCARIBE» conduzido pela Venezuela, de Hugo Chávez, desde 2005, atraiu naturalmente interesse de diversos países da Região, consolidando acordos para o abastecimento a longo termo e a contar com facilidades de pagamento. (GIRAULT, 2009, p.12)

Figura 9: Reservas de petróleo bruto por país

OPEC share of world crude oil reserves, 2018



OPEC proven crude oil reserves, at end 2018 (billion barrels, OPEC share)

Venezuela	302.81	25.5%	Kuwait	101.50	8.5%	Algeria	12.20	1.0%	Gabon	2.00	0.2%
Saudi Arabia	267.03	22.4%	UAE	97.80	8.2%	Ecuador	8.27	0.7%	Equatorial Guinea	1.10	0.1%
IR Iran	155.60	13.1%	Libya	48.36	4.1%	Angola	8.16	0.7%			
Iraq	145.02	12.2%	Nigeria	36.97	3.1%	Congo	2.98	0.3%			

Source: OPEC Annual Statistical Bulletin 2019.

Fonte: OPEC³⁰

A Petroamérica é uma iniciativa composta por três vertentes: Petrocaribe, Petrosur e Petroandina. A ideia é promover uma complementação energética entre os governos da América Latina e do Caribe por meio da integração entre companhias Estatais do setor energético. Pode-se constatar o ideal cooperacionista desse projeto por conta da facilitação ao acesso energético que se busca promover, fomentado pelas condições preferenciais oferecidas, que se garantem através de acordos e investimentos conjuntos (Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe, 2013, p.7-8). É o primeiro acordo energético baseado em princípios de solidariedade e que tem como fim último o desenvolvimento e a justiça social da região.

Para contextualizar: conforme visto anteriormente, a Venezuela, apesar de geograficamente integrar a América do Sul, estrategicamente faz parte do Mediterrâneo Americano, que seria um *rimland*, uma “zona em que a supremacia dos Estados Unidos não pode ser questionada. Para todos os efeitos, trata-se de um mar fechado cujas chaves pertencem aos Estados Unidos.” (SPYKMAN, 1942, p.60).

³⁰ Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm>. Acesso em: jan. 2020.

A liderança venezuelana neste projeto advém da matriz ideológica do governo de Chávez - um dos precursores do movimento de guinada à esquerda na América Latina. O bolivarianismo é um arquétipo que remete ao pan-americanismo de Simón Bolívar - este último calcado num emancipacionismo caracterizado pelo anticolonialismo e integração entre países hispano americanos. Já sua vertente chavista, faz uma “apropriação da figura de Simón Bolívar, numa perspectiva nacionalista, anti-imperialista e antineoliberal, com um forte apelo popular” (BRUCE, 2013, p.3).

Vis-à-vis a importância do teor ideológico na política externa venezuelana, é possível compreender que tenha Cuba como grande aliado regional. A distância da ilha à costa estadunidense é de apenas 90 milhas e seu histórico de relações com os Estados Unidos permeia as tensões da Guerra Fria. Passou pela revolução nacionalista em 1959 e durante a década de 60 alinhou-se com o bloco de países do Segundo Mundo, liderado pela União Soviética e seu projeto comunista, o que suscitou práticas de contra-insurreição por parte dos Estados Unidos acompanhadas por um aumento nos gastos com a região latinoamericana (SIMÕES FERNANDES, 2009), além da promoção de um embargo.

A aliança estratégica com a Venezuela e o momento de ascensão das esquerdas no continente latino fez com que a suspensão de Cuba na Organização dos Estados Americanos - uma das medidas do embargo - fosse revogada após 47 anos, no ano de 2009³¹, o que também caracteriza o restabelecimento das relações com os Estados Unidos. O grupo de trabalhos sobre a revogação da suspensão de Cuba foi proposto pelo ministro brasileiro, Celso Amorim, e contou com atuação direta dos presidentes hondurenho, nicaraguense e paraguaio (respectivamente, Manuel Zelaya, Daniel Ortega e Fernando Lugo).

Ao lado da Venezuela, Cuba participou também do movimento de criação de instituições como a ALBA e a UNASUL, tal como seu fortalecimento durante a década analisada, o que constitui um sintoma a ser observado. A ALBA, nova proposta de integração regional, fundada por Hugo Chávez e Fidel Castro baseia-se em ideais de integração encontrados no discurso de Simón Bolívar e chegou a abranger Bolívia, Nicarágua, Honduras, República Dominicana, Equador, dentre outros.

Voltando brevemente ao escopo do petróleo, a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, anunciada em 2006, representou um impacto também para a BP Amoco (fusão da BP

³¹ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090603_oea_cuba_rc.shtml>. Acesso em: out. 2020.

com a antiga Standard Oil), que operava a empresa Chaco. Assim como as demais operadoras internacionais, a BP foi submetida a um regime de partilha e precisou entregar, sem custo, as ações necessárias à Estatal boliviana YPF para que se tornasse sócia majoritária da Chaco ³².

Além disso, em 2011, o vazamento de 3 mil barris de petróleo da zona do pré-sal na Bacia de Campos no Rio de Janeiro, fez com que a companhia petrolífera Chevron³³ fosse multada em R\$78 milhões e proibida de continuar a perfurar na bacia brasileira, proibição essa que foi revogada em 2016³⁴.

Conforme estabelecido desde o início, estes movimentos constituem uma afronta geopolítica ao poder global dos Estados Unidos. Kaplan escreve em 2012 sobre o radicalismo anti-estadunidense do ex-presidente Hugo Chávez, afirmando que, diferente da região do Cone Sul, o perigo apresentado pela aliança com a Rússia e o Irã só está posto por conta da posição geográfica da Venezuela na região da bacia do Caribe (KAPLAN, 2012, p.66).

Ainda de acordo com ele, esse tipo de sublevação na região do Hemisfério Ocidental deve ser respondido através de uma envoltura do Grande Caribe numa zona de livre comércio, o que vimos na tentativa representada pela ALCA (KAPLAN, 2012, p. 196). Com o fracasso dessa tentativa, os Estados Unidos apelaram para uma linha de políticas de natureza menos cooperativa: a reativação da 4ª Frota Naval da sua marinha, prática de exercícios militares em conjunto com o Chile e aprofundamento dos acordos militares com Colômbia e Peru.

Conforme podemos ver na Figura 5, a 4ª Frota, que é “responsável pelo controle marítimo das águas que cercam a América Latina” (PADULA; FIORI, 2016, p. 540) encontra-se na Flórida, onde possui projeção para o Mar do Caribe, ademais da proximidade de Cuba. Sua reativação nessas circunstâncias demonstra a importância também da região sul do continente - tanto no lado atlântico, quanto no pacífico -, uma vez que constitui a área circundada pelo Comando Sul, responsável pela frota (UC, 2008).

O chamado Plano Colômbia, que consiste em uma ajuda econômica e de expertise militar concedida pelo governo estadunidense à Colômbia com o objetivo de combater o tráfico de drogas, levantava questionamentos pelo fato de que, apesar de ter se mostrado

³² Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2006/05/08/ult27u55431.jhtm>>. Acesso em: out. 2020.

³³ Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/gigante-americana-chevron-provoca-vazamento-de-oleo-na-bacia-de-campos-20427385>>. Acesso em: out. 2020.

³⁴ Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20160107/ibama-renova-licenca-operacao-para-chevron-frade-bacia-campos/331908>>. Acesso em: out. 2020.

efetivo no combate à guerrilha esquerdista (conhecida como Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, ou FARC), mostrou-se pouco eficaz no combate ao tráfico de drogas, já que, em 2012, 95% da cocaína consumida nos EUA ainda procedia da Colômbia³⁵. No ano de 2009, a natureza das relações entre Estados Unidos e Colômbia passou a preocupar analistas e gerar críticas na América Latina por conta de um novo acordo, que permitiu a utilização de bases colombianas por militares estadunidenses, levantando suspeitas não apenas em países como Venezuela e Equador, mas também no Brasil e Chile³⁶.

Esse fato, que se insere no conjunto de políticas supracitado, é uma das manifestações do que se conhece por Doutrina Bush. Essa doutrina é considerada por Pecequilo (2013, p.105) uma espécie de retomada da Doutrina Monroe ou de alguns de seus preceitos básicos. O início da aplicação dessa doutrina alude à mudança política causada pelos ataques de 11/09/2001, que desencadearam uma consequência principal para a política dos Estados Unidos em relação à América Latina: a elevação da capacidade de intervenção militar, que se justifica, como vimos, pela guerra às drogas e se manifesta de duas maneiras diferentes. A primeira é a “ação preventiva” e a segunda é o “cambio de governo” ou “cambio de regime” (BISSIO, 2017, p. 541).

O Plano Colômbia é um exemplo de ação preventiva, que vai de encontro ao pensamento estratégico de Spykman para a região do Mediterrâneo Americano uma vez que a Colômbia, tal como a Venezuela, faz parte desta importante seção estratégica. O combate à insurgência de movimentos anti-imperialistas e que se opõem à ingerência estadunidense na região, no entanto, não se dá apenas através da premissa da guerra às drogas, mas também por meio de tentativas ou de golpes de Estado, que trataremos no próximo capítulo.

3.3. Influência de atores extrarregionais

Conforme dito anteriormente, a importância dos dois atores extrarregionais que abordaremos a seguir se dá pelo novo movimento autonomista que ganhou força com a “virada à esquerda” que a América Latina experienciou na primeira década e meia do século XXI. Os países latinoamericanos, historicamente dependentes em termos econômicos dos

³⁵ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/04/120411_plano_colombia_1f.shtml>.

³⁶ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/08/090807_colombia_analise_dg.shtml>.

Estados Unidos, passaram a buscar alternativas de cooperação regional e entre países que também se encontram no Sul Global, como é o caso da China.

“[...] os grandes Estados da América do Sul (Argentina, Brasil e Chile), podem tentar contrabalançar nosso poder [EUA] através de uma ação comum ou através do uso de influências de fora do hemisfério” (SPYKMAN, 1942, p. 64), que é, a certo modo o que ocorre, tendo em vista a importância que vem ganhando o bloco de países conhecido como BRICS. Para Spykman (1942, p. 62), "uma ameaça à hegemonia americana nesta região do hemisfério (a região do ABC³⁷) terá que ser respondida através da guerra".

3.3.1. China

“A China, por seu tamanho, ‘escala’ e grau de produtividade alcançada, tornou-se o gigante da nova época, e seu entorno geográfico (Ásia-Pacífico) é hoje o centro de gravidade de toda economia global.” (CABRAL, 2015, p.18) e, concomitantemente a isto, tornou-se o maior parceiro comercial de boa parte dos países latinoamericanos durante o período analisado.

A necessidade chinesa de importação de petróleo constitui um dos maiores fatores que motivam essa parceria comercial, uma vez que sua industrialização e desenvolvimento militar dependem dos recursos naturais e energéticos que procedem da América Latina, o que significa que, em termos militares, a relação da China com a região se dá em, mormente, termos econômicos. Ainda em âmbito comercial, a América Latina serve como mercado consumidor para o escoamento da produção chinesa.

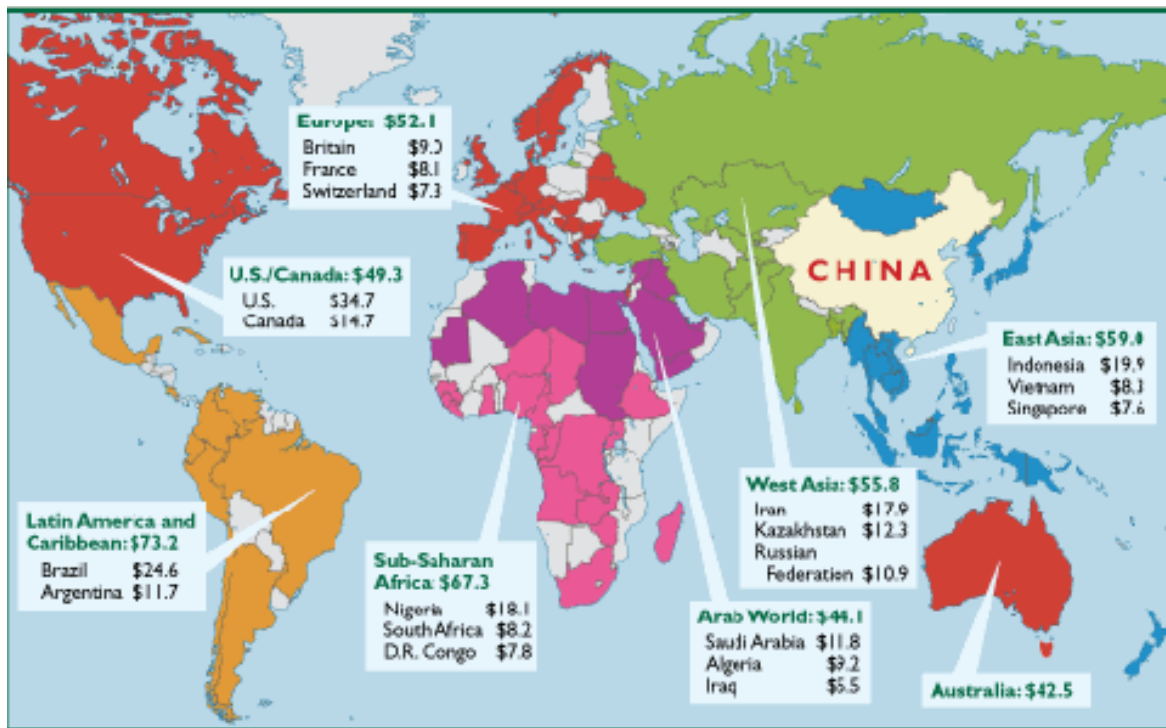
Em termos diplomáticos, mas que se relacionam com questões vistas no primeiro capítulo e, portanto, tem que ver com a rivalidade geopolítica global gerada pela presença estadunidense em uma área de vulnerabilidade estratégica da China, há a intenção chinesa de isolar Taiwan:

Para a China, a aproximação com a América Latina e, particularmente, com os países da Bacia do Caribe visa também afastar esses países de Taiwan. Tradicionais aliados dos EUA e envolvidos na luta anticomunista, muitos governos da América Central e Caribe ainda reconhecem Taiwan, estão incluídos nesta lista: Belize, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Panamá. [...] Portanto, os principais apoios à Taiwan encontram-se no Caribe. Isto é, a oferta de cooperação Sul-Sul associada às oportunidades de negócios tornou-se um mecanismo eficaz para

³⁷ Argentina, Brasil e Chile

engendrar um reposicionamento político dos países da região. (PECEQUILO, CARMO, 2014, p.60)

Figura 10: Investimentos chineses no mundo (em bilhões de dólares) em 2012



Fonte: STIER, K. J. China in Latin America. *CQ Global Researcher*, 6, 257-280. June 5, 2012. Retrieved from <http://library.cqpress.com/>

Conforme pode-se ver na Figura 10, a região da América Latina e Caribe foi a que recebeu os maiores investimentos no ano de 2012, demonstrando o interesse chinês em garantir alinhamento, o que possivelmente tem relação com o fato de projetarem para a região uma rota de abastecimento de hidrocarbonetos, que partiria da América Latina passando por águas filipinas (ZAJEC, 2008).

Apesar da China apoiar posições mais autônomas dos países latinoamericanos e disso representar uma oportunidade de romper a relação de dependência através da qual o subcontinente se insere no Sistema Mundial, Bruckmann (2012) apresenta que deve-se ter cautela no que diz respeito às relações entre China e América Latina no sentido de não transferir a dependência da região para a ingerência de um novo Estado, visto que o aumento da intensidade de trocas comerciais entre os países latinos e a China não produziu aumento do valor agregado das mercadorias latinas.

O aumento do controle sobre a região pode ter para a China o mesmo efeito que teve para os Estados Unidos, possibilitando a construção do Canal do Panamá. Isso se torna uma preocupação para a estratégia estadunidense em 2014, quando se anunciou o projeto de construção de um Canal na Nicarágua, durante o governo do sandinista Daniel Ortega. O Canal da Nicarágua, tal como o Canal do Panamá, deve ligar os dois oceanos e conta com alto investimento de empresas chinesas³⁸.

Após a criação do Canal do Panamá, quando Spykman comparou as distâncias - tanto em termos de rotas marítimas quanto aéreas - entre o litoral oeste da América do Sul e os Estados Unidos com a distância entre o mesmo e qualquer outra fonte de poder (1942, p.420) ele não previu a aproximação chinesa do continente, muito menos a proposta de criação de um canal similar ao do Panamá na Nicarágua³⁹. Nesse sentido, o projeto supracitado constitui grave ameaça aos interesses estadunidenses na região.

3.3.2. Rússia

Por outro lado, o caso da proliferação de relações entre Rússia e os países da América Latina, especialmente Grande Caribe, fundamenta-se na provocação estratégica. Segundo Romero (2008), a aproximação da Rússia com a Venezuela corresponde a uma resposta russa ao avanço da OTAN em direção ao leste europeu, conforme vimos no primeiro capítulo. Uma das maneiras de confrontar o poder estadunidense na região é a concessão de aterrissagem russa em território venezuelano, além da realização de exercícios militares conjuntos no Mar do Caribe, o que seria inconcebível para a visão spykmaniana.

A Rússia chegou a se envolver também no projeto do Canal da Nicarágua, fornecendo apoio militar e político à construção do Canal, já que, de acordo com Vladimir Evseev (2014)⁴⁰, apesar de não ter condições de arcar com os custos gerados, o país possui interesse geopolítico envolvido, o que encontra respaldo nas afirmações de Romero (2008, p.34): “em termos materiais a capacidade real de projeção de poder da Rússia é bastante limitada- a aproximação russo-venezuelana tem um caráter simbólico muito importante.”.

³⁸ Disponível em:

<http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/12/141222_nicaragua_canal_divisiones_previa_aw>.

³⁹ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130614_canal_nicaragua_fl>.

⁴⁰ Em entrevista ao Sputnik disponível em:

<https://br.sputniknews.com/portuguese.ruvr.ru/news/2014_09_09/Canal-nicaraguense-contribuir-para-constru-o-de-mundo-multipolar-0624/>.

Durante o conflito gerado pelo interesse da Geórgia e da Ucrânia de aproximação da OTAN, que vimos no primeiro capítulo, a Rússia recebeu o apoio de Caracas e deslocou para o Caribe dois bombardeiros estratégicos TU-160 com o objetivo de realizar exercícios conjuntos com aviões da Força Aérea Venezuelana , além de indicar a intenção de envio de navios de guerra como reação à presença estadunidense no Mar Negro (BANDEIRA, 2008, p.34).

As relações entre Rússia e Venezuela contam também com a venda de armas e acordos de cooperação técnica e militar. Isso desencadeia ganhos políticos extraordinários para o governo venezuelano, que visa à desestabilização estratégica dos Estados Unidos em sua zona de influência imediata. Para a Rússia, a postura afrontosa da Venezuela em seu posicionamento geográfico também abriu portas para uma reconfiguração estratégica através da aliança com o país centroamericano.

4. AS RIVALIDADES INTERNACIONAIS EM ESCALA ESTATAL

Nos últimos dois capítulos pudemos observar como as disputas nos níveis global e regional se articulam e as relações que estabelecem entre si. A proposta deste quarto capítulo é, nesse sentido, compreender a inserção do Brasil tanto no cenário regional quanto perante essas disputas.

Para abordar o ocorrido no país sul-americano, lançar-se-á breve olhar sobre seu histórico do pós guerra fria; sobre as eleições de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Vana Rousseff; e também sobre a mudança política - embasada na distribuição de renda, programas sociais e na promoção da soberania nacional - por eles realizada.

Assim, a análise seguirá no sentido de examinar de que maneira o processo de instabilidade que culminou na ruptura política de larga escala, observada na derrubada da presidente à época, pode ter sido facilitado internamente. Por fim, deve-se retomar o nível regional para analisar o papel de interesses externos no processo político interno do Brasil que levou à deposição de Dilma e, conseqüentemente, ao fim do governo do Partido dos Trabalhadores.

4.1. Mudanças fundamentais promovidas pelo governo PT

Com o fim da Guerra Fria, a ditadura civil-militar brasileira, estabelecida durante a disputa bipolar, passou por um enfraquecimento que levou à fase da redemocratização - uma transição gradual que marcou o fim do regime, durante a qual foi criada a Constituição de 1988, que vigora até o presente.

Com a redemocratização, o pluripartidarismo foi legalizado e o Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado, impulsionado pelos movimentos operários que ganharam proporção no final dos anos 1970. Desde então, o PT tem sido um dos partidos mais ligados aos movimentos sociais e um dos grandes representantes da esquerda tradicional no país. A vitória de Luís Inácio Lula da Silva na corrida presidencial de 2002 foi a maior conquista do partido e marcou 14 anos da história brasileira.

O Brasil conseguiu, durante o governo Lula, desfrutar de um cenário externo favorável - marcado pelo superciclo das commodities - para levar a cabo políticas de distribuição de renda e de combate à pobreza. As políticas de crédito, realizadas por bancos públicos, e

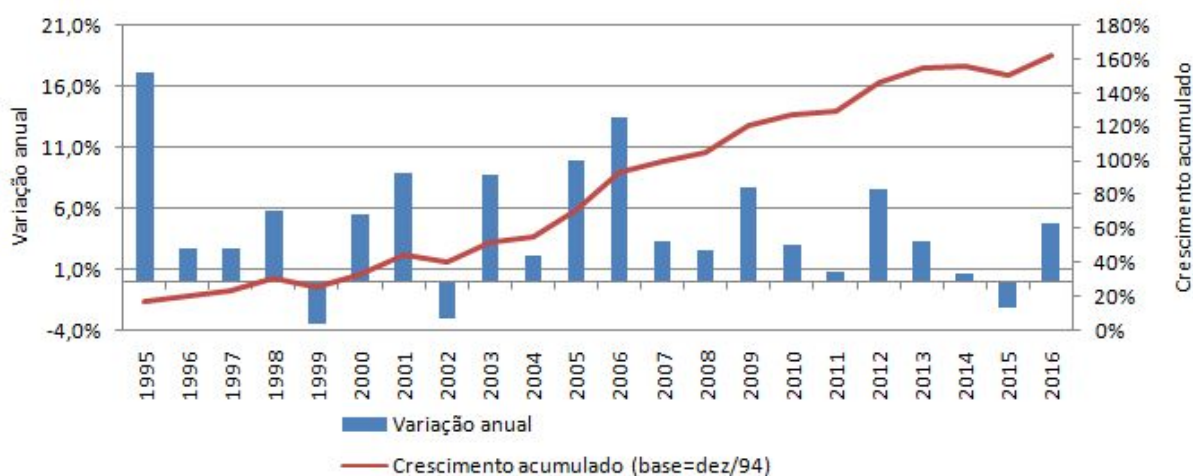
incentivo à educação superior também foram alguns dos responsáveis pela inserção das classes C e D no mercado de consumo brasileiro.

Por outro lado, a Carta ao Povo Brasileiro garantiu às elites e ao mercado um governo de conciliação, que manteve o tripé macroeconômico e respeitou contratos nacionais e internacionais. Assim, o governo Lula durante seus dois mandatos favoreceu, inclusive, o empresariado nacional.

Fome Zero, Bolsa Família, REUNI, PROUNI e políticas de aumento do salário mínimo são alguns dos exemplos de programas de cunho social, promovidos pelos governos do PT, que tinham como objetivo diminuir a arrebatadora desigualdade social brasileira.

O aumento sensível do salário mínimo real durante esses governos atuou de forma anti-cíclica e permitiu que mais pessoas tivessem acesso a bens de consumo. Isso, aliado a políticas de incentivo ao crédito (dentre outros fatores), fez com que a economia brasileira passasse pela crise de 2008 com certa tranquilidade.

Figura 11: Variação anual *versus* crescimento anual acumulado do salário mínimo real, em valores de 2020



Fonte: IPEADATA, 2020. Elaboração própria.

Em 2011 o Brasil atingiu, de acordo com comunicado do Ipea (2012), o menor nível de desigualdade de renda desde o início das medições, nos anos 1960, registrando 0,527 no índice de Gini (ver Figura 12). Além disso, no ano de 2014, relatório da FAO⁴¹ (A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) apontou, citando nominalmente Fome Zero e Bolsa Família, que esforços iniciados em 2003 fizeram com que o

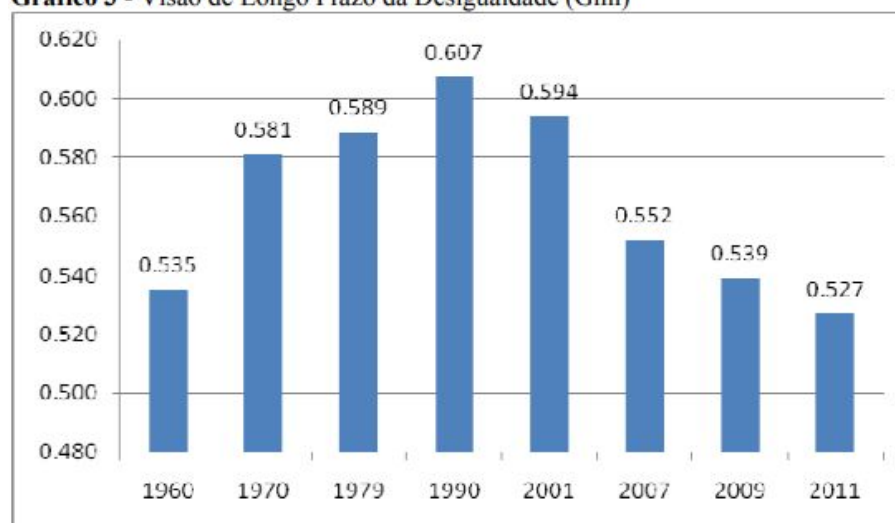
⁴¹ Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

Brasil reduzisse de maneira efetiva a extrema pobreza e a fome no país. O relatório afirma que entre 2001 e 2012 a pobreza, de uma maneira geral, caiu de 24,3% para 8,4% da população, enquanto a extrema pobreza saiu de 14% para 3,5% (p. 23).

Assim, mesmo com todas as contradições que os governos protagonizaram, as políticas sociais da gestão do PT tiveram certa efetividade imediata.

Figura 12

Gráfico 3 - Visão de Longo Prazo da Desigualdade (Gini)



Fonte: Ipea a partir dos microdados da PNAD, PME e Censo / IBGE e Langoni 1973

Fonte: Ipea, 2012⁴²

Isso só foi possível porque no ano de 2006 o Brasil se viu, pela primeira vez em mais de seis anos, livre das suas obrigações com o Fundo Monetário Internacional. No ano anterior, o governo decidiu antecipar em dois anos o pagamento da sua dívida com o fundo, quitando, assim, seu saldo devedor. Países que devem ao FMI estão vinculados contratualmente com a implementação de uma série de políticas impostas pelo órgão, com alto teor neoliberal. Ao se desvincular desta obrigação, o governo brasileiro marca uma posição soberana e autônoma perante o Sistema Internacional, o que viabiliza a aplicação de políticas econômicas diferentes daquelas “recomendadas” pelo fundo, além de determinar também um maior protagonismo do país na região.

⁴² Disponível em:

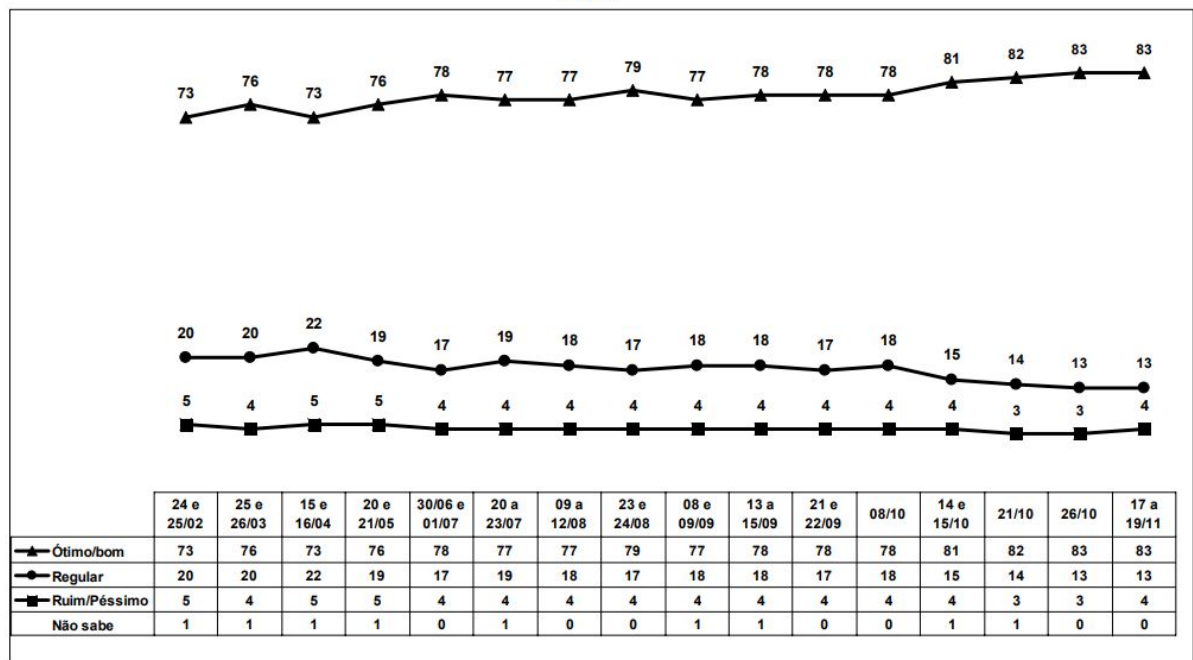
<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>.

Acesso em: 29 set. 2020.

Por conta desses programas, a popularidade de Lula chegou a 83% em sua segunda gestão (conforme visto na Figura 13), o que permitiu que ele, impossibilitado de concorrer a um terceiro mandato, agisse como cabo eleitoral do PT em 2010 e elege-se sua ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Figura 13

**Evolução da avaliação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva
(Resposta estimulada e única, em %)
2010**



Fonte: Na sua opinião o presidente Lula está fazendo um governo:ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
Base: Total da amostra - Brasil

www.datafolha.com.br

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

Fonte: Datafolha, 2010⁴³

4.2. O Brasil como Estado pivô

Para compreender a relevância e o impacto das mudanças da política externa brasileira durante o período analisado é necessário observar os atributos geográficos e geopolíticos do país perante a região e o mundo.

Mario Travassos (1938) afirma que “Sob nossa bandeira estão os aspectos geográficos mais decisivos da massa continental sul-americana.” (p.122), sendo o Brasil detentor de mais

⁴³ Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020

de dois terços da costa Atlântica sul americana, além de ser o maior país do Hemisfério Ocidental e também conter dentro de seu território nacional a maior parte da Floresta e da Bacia Amazônica e grande parte da Bacia do Prata.

Travassos (1938, p.91) pondera que há dois Brasis - o da vertente Amazônica e o da vertente Platina - e ambos têm grande penetração pelo Atlântico. Assim, para ele, a influência continental do Brasil está expressa na junção do Brasil Platino com o Brasil Amazônico, contando também com o litoral Atlântico (TRAVASSOS, 1938, p.98).

Conforme visto anteriormente, no continente Americano, a vertente Atlântica ganha preponderância com relação à vertente Pacífica, o que coloca o Brasil em uma posição privilegiada. O Atlântico Sul é também, portanto, um “espaço crucial para a segurança econômica e para a defesa do território brasileiro” (Fiori, Padula e Vater, 2013; Leite, 2011).

No *Blueprint for a Secure Energy Future*⁴⁴, documento sobre a estratégia energética estadunidense durante o governo de Barack Obama, o Atlântico Sul aparece com certa recorrência, denotando a importância dessa zona para a garantia de bens energéticos para os Estados Unidos. O Brasil é, inclusive, mencionado pelo documento em 3 das prioridades da política do vizinho norte-americano. Cabe lembrar que a comunicação da América do Norte com a América do Sul se dá pelos mares (SPYKMAN², 1938, p. 222), tal qual o acesso do Brasil a todos os países do Norte global.

Bandeira (2008, p.12) também corrobora a visão de preponderância do Atlântico com um exemplo conjuntural da Segunda Guerra Mundial. Ele afirma que

os Estados Unidos temiam que as forças da Alemanha, a partir da costa do Senegal, avançassem em direção das Américas, atravessando o estreito Natal-Dakar, ocupassem o arquipélago de Fernando de Noronha e terminassem por conquistar o Saliente Nordeste, que abrangia o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

E aponta ainda que, durante a Guerra, os estadunidenses fizeram pressão para que o Brasil permitisse a implantação da 4ª Frota estadunidense no Nordeste brasileiro, com o intuito de patrulhar o Atlântico Sul para detectar submarinos do Eixo e impedir a passagem de navios que traziam da Ásia para a Alemanha matérias primas estratégicas durante a guerra.

Além disso, as bases aéreas de Paranairim-Natal e Belém do Pará, que foram cedidas aos EUA na Segunda Guerra, possuem grande importância por possibilitarem o abastecimento

⁴⁴ Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/issues/blueprint-secure-energy-future>>. Acesso em: 27 set. 2020.

de tropas no Oriente Médio e no Norte da África através de uma ponte aérea, além de servir como apoio para tropas no Extremo-Oriente (BANDEIRA, 2015, p.49).

Ademais da importância da sua proximidade com a África através do Atlântico ter que ver com uma questão de defesa e estratégia beligerante, na atualidade a importância desta proximidade se justifica também através da projeção para os mercados consumidores orientais que apresentam grande potencial para transações de produtos e serviços, além de possibilitar alianças estratégicas entre países do Sul global.

De acordo com Padula e Fiori (2016, p.539), a Aliança do Pacífico reacenderia a disputa entre as vertentes Atlântica e Pacífica, o que transformaria

América do Sul num espaço de competição entre dois projetos de integração econômica, e de hegemonia política: o do MERCOSUL, liderado pelo Brasil e pela Argentina, e o da Aliança do Pacífico, reunindo Colômbia, Peru e Chile, ao lado do México, e apoiado pelos Estados Unidos.

Além da questão Atlântica, a importância geopolítica do Brasil se expressa também na existência de importantes recursos naturais que se encontram sob nosso território, como por exemplo os recursos hídricos, de minerais estratégicos e petróleo, além da rica biodiversidade.

Em 2006, a descoberta do pré-sal foi um dos grandes acontecimentos da história recente do país e em 2007 a Petrobrás anunciou a descoberta do Campo de Tupi, grande bacia de petróleo e gás no litoral de Santos, estimada em seis bilhões de barris⁴⁵, que começou a ser explorada no ano de 2009.

O que garantiu ao Brasil a sua soberania sobre essas descobertas foi o regime de partilha, estabelecido pela Lei nº 12.351/2010, que tornava obrigatória a exploração em parceria com a Petrobrás. Isso implicou num aumento da importância da Petrobrás e do Brasil na geopolítica do petróleo entre as grandes potências.

⁴⁵ Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-campo-de-tupi-na-bacia-de-santos-a-maior-reserva-de-petroleo-gas-do-brasil-4142755>>. Acesso em: out. 2020.

Figura 14: Reservatórios do pré-sal na costa brasileira



Fonte: RICCOMINI; SANT'ANNA, 2012, p.36

No campo dos recursos minerais, cabe ressaltar ainda a compra da Inco pela Vale - fazendo com que a empresa brasileira se tornasse a segunda maior mineradora do mundo - que poderia ser vista como uma afronta geopolítica brasileira, porque na disputa pela obtenção da Inco estava também a empresa estadunidense Phelps Dodge, com a qual a Inco rompeu acordo em setembro, um mês antes da aquisição das ações pela Vale⁴⁶. Nesse sentido, a aproximação do Canadá com o Brasil, conforme argumenta Villas Bôas, em entrevista para Geraldo Milioli (1999), deve-se a uma estratégia de aproximação do país com o MERCOSUL. Poderia-se, então, atribuir à atuação protagonista do Brasil no âmbito desta organização a viabilidade de tão importante aquisição.

A extração mineral tem importância estratégica para o Brasil, que possui expressiva quantidade de recursos minerais e 98% das reservas mundiais de nióbio - fundamental para a

⁴⁶ Disponível em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/compra-da-inco-vale-e-a-2-maior-mineradora-do-mundo.20061024p39340>>. Acesso em: out. 2020.

indústria espacial, de petróleo, militar e nuclear, por exemplo. É importante notar também que o principal destino de exportação dos recursos minerais brasileiros é, desde 2005, a China (PINHEIRO, 2011).

4.2.1. Diplomacia e geopolítica dos anos Lula

O papel do Brasil no cenário regional latino americano e sul americano deve ser observado através da projeção alcançada pelo país nas primeiras décadas do século XXI, quando passou a fazer parte de um pequeno grupo de países que possuem poder de influência suficiente para gerar uma espécie de “efeito gravitacional” sobre o sistema, criando zonas de influência através do seu “rastros de crescimento” (FIORI, PADULA, 2016, p.537).

Foi durante o governo Lula, sobretudo na gestão de Celso Amorim enquanto ministro das Relações Exteriores, que o Brasil colocou em prática o que chamamos de “política externa ativa e ativa”, que buscou tirar o país de uma posição de subalternidade, zelar pela soberania nacional e projetar seu poder, principalmente de maneira regional ou pelo fortalecimento de organismos multilaterais, por meio de iniciativas “Sul-Sul”. De acordo com Padula e Fiori (2016, p.539), o entorno estratégico brasileiro, ou seja, “região onde o Brasil se propõe irradiar – preferencialmente – a sua influência e a sua liderança diplomática, econômica e militar”, incluía, à época, a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida, e a bacia do Atlântico Sul.

Torna-se importante notar que essa projeção foi favorecida pelo momento político conhecido como “guinada à esquerda”, ocorrido nas primeiras décadas do século XXI, no qual boa parte dos presidentes latino americanos possuíam discurso de não alinhamento ou emancipação em relação aos Estados Unidos. Esse fortalecimento ideológico periférico fez com que as relações intra-regionais adquirissem maior grau de relevância nas agendas dos países que passaram por esse processo.

“[...] a própria integração latino-americana, não deixa de fazer parte de uma ideologia nacional, de um ideário nacional no sentido mais amplo. Mas, para mostrar que há também um aspecto pragmático, [...] Em termos de exportações brasileiras, talvez o comércio que mais cresceu tenha sido com a Venezuela, proporcionalmente. O comércio com a Venezuela era da ordem de pouco menos de US\$ 800 milhões, as nossas exportações apenas. [...] chega em 2005 a US\$ 2,2 bilhões. [...] Com a Colômbia, nossas exportações eram de US\$ 630 milhões e são hoje de US\$ 1,4

bilhões, mais do que o dobro, portanto. Com o Peru, eram US\$430 milhões e hoje são US\$932 milhões. E Chile, eram US\$1,4 bilhão, portanto, menos de US\$1,5 bilhão, e hoje são US\$ 3,6 bilhões. Isso é apenas para ilustrar. Com a Argentina, naturalmente, em 2002 era em plena crise, de modo que a comparação pode não ser exata, mas era menos de US\$ 2,5 bilhões e hoje estamos exportando perto de US\$10 bilhões para a Argentina.” (AMORIM, 2006)

Assim, é possível afirmar que uma das formas de consolidação desse poder de influência brasileira foi através das organizações regionais. O MERCOSUL, por exemplo, obteve efetividade - após sofrer reformas - na mesma década em que o Brasil adquiriu o poder de influência anteriormente mencionado.

Durante o processo de nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, tropas do exército boliviano ocuparam uma das instalações da Petrobrás. Ainda assim, por orientação de sua política externa, o governo brasileiro assumiu uma posição considerada pouco convencional, reconhecendo a soberania boliviana e revendo os termos dos acordos concernentes à questão dos hidrocarbonetos, atendendo boa parte das reivindicações do governo da Bolívia, mas garantindo a continuidade do fornecimento de gás boliviano e a negociação de preços de maneira “racional e equitativo que viabilize os empreendimentos” (AMORIM, 2006).

Em 2008 inicia-se a crise diplomática-militar entre Equador e Venezuela contra a Colômbia, em consequência do ataque do governo colombiano a guerrilheiros das FARC em território Equatoriano, que resultou na morte do segundo dirigente da narco-guerrilha FARC, Raúl Reyes. Os governos da Venezuela, Equador e Nicarágua rompem os laços diplomáticos com a Colômbia e o presidente do Equador considera o ataque um desrespeito à soberania de seu país, recebendo apoio dos presidentes venezuelano e nicaraguense.

Com a escalada da crise, os demais líderes da região preocuparam-se com a situação e iniciaram debates com o intuito de resolver a questão de maneira diplomática. As duas instituições onde o tema ganhou destaque foram a OEA e o Grupo do Rio, tendo a crise sido resolvida na cúpula desta última através da aprovação da Declaração de Santo Domingo. Importante notar que o Brasil teve grande importância nos diálogos para a normalização das relações durante esta crise diplomática, atuando como mediador do conflito⁴⁷. Conforme aponta Saint-Pierre (2008), a atuação da diplomacia brasileira permitiu afastar a questão da

⁴⁷ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/03/07/ult23u1412.jhtm>>. Acesso em: out. 2020.

Venezuela e dos Estados Unidos com o intuito de evitar “atizar os ânimos”, o que implicou na ocorrência das negociações fora da esfera de participação dos EUA.

A organização intergovernamental, composta inicialmente por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, ganhou força “após a incorporação da Venezuela, e do recente pedido de adesão da Bolívia e do Equador.” (PADULA; FIORI, 2016, p.540). Além dela, nessa época ganhou destaque também a UNASUL, outra organização que não inclui os Estados Unidos no seu quadro de países membros.

A importância dessa liderança regional exercida pelo Brasil, aliada à forma de consolidação vista acima, é tal que influenciou na retenção do projeto da Área de Livre Comércio das Américas, além de ter reduzido também a importância de outros projetos no âmbito de uma liderança estadunidense⁴⁸.

De acordo com Padula,

Parte-se do pressuposto de que a presença de um líder regional (papel que só pode ser cumprido pelo Brasil) capaz de promover uma agenda de integração, segurança e desenvolvimento regional para os países da região, é fundamental para [...] afastar a projeção de poder de potências externas. (2013, p.3)

É quase como se, através da posição do Brasil, toda região latino americana pudesse então galgar uma maior emancipação da zona de influência dos Estados Unidos.

De acordo com Padula e Fiori (2016), a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que era um projeto de inserção comercial sul americana nas cadeias produtivas globais através de corredores de exportação, de cunho neoliberal, perdeu força com a nova geração de governos de esquerda que chegou à América Latina no século XXI. Assim, a UNASUL assumiu importante papel geopolítico através da criação do Conselho de Infraestrutura e Planejamento Sul-Americano (Cosiplan).

Eles ainda afirmam que o objetivo da Cosiplan era “conferir um maior controle dos governos e, assim, uma visão político-estratégica ao tema, buscando a articulação interna da região e a formação de cadeias produtivas de maior valor agregado” e que a IIRSA seria parte do reconhecimento da importância da disputa geopolítica entre Atlântico e Pacífico pelo Brasil, uma vez que, apesar da preponderância da vertente Atlântica sobre a vertente Pacífica, a última ganhou relevância durante o período em análise em função de questões conjunturais como a possibilidade de acesso à China e por conta de uma das maiores disputas geopolíticas

⁴⁸ Como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a Junta Interamericana de Defesa (FIORI, PADULA, 2016)

do século XXI: a disputa entre a Aliança do Pacífico (dentro da esfera de influência estadunidense) e o MERCOSUL. Assim, a América do Sul teria sido convertida “num espaço de competição entre dois projetos de integração econômica” (PADULA; FIORI, 2016, p.539).

Figura 15: Projeção Geopolítica do Brasil no Caribe⁴⁹

Ações do Governo Brasileiro de 2012 a 2015 Visando sua Projeção Geopolítica na Bacia do Pacífico		
Países	Ações/Ano(s)	Objetivos
Cuba	Criação Conjunta a Uma Fabrica de Medicamentos/2012	Torna-se autossuficiente em medicamentos estratégicos no mundo visando o mercado nacional brasileiro, desenvolver tecnologia conjuntamente com os cubanos, ser referência mundial em alguns medicamentos “estratégicos”
Cuba	Estímulo a Atividade Agrícola/2012/2015	Estimular a atividade de produção cubana para as necessidades de seu mercado interno, visando a cooperação e aumento de laços econômicos, políticos entre Brasil e Cuba
Cuba	Repasse de Verbas para a Modernização dos Aeroportos cubanos/2013	Melhorar a infraestrutura cubana em seu processo de modernização, possibilitar a constituição desses elementos como via de acesso para futuras exportações brasileiras na ilha
Cuba	Construção do Porto de Mariel/2014	Tornar a base principal caribenha para a exportação dos produtos brasileiros, servindo como ponta de lança para as ações geopolíticas nesse sistema geográfico intensificando o direcionamento da rota em direção ao Pacífico
Haiti	Missa de Estabilização e Paz para o Haiti/2010	Galgar um assento permanente no Conselho das Nações Unidas (ONU) e aumentar o campo de atuação e ação militar pelo mundo e no continente americano
Venezuela	Entrada da Venezuela no Mercosul/2012	Amplia o mercado para o Brasil serve como processo de projeção e interesses da geopolítica brasileira nos sistemas geográficos andino e caribenho

Fonte: LIMA; DE OLIVEIRA; DA SILVA (2014)

Na Figura 15 podemos observar diversos exemplos da projeção brasileira no Caribe - zona primordial para a geopolítica estadunidense, conforme visto anteriormente. Destas debruçar-nos-emos brevemente sobre a polêmica construção do Porto de Mariel, que foi parte, segundo Lima, de Oliveira e da Silva (2014), da projeção brasileira na bacia do Caribe por motivos que vão além de alianças ideológicas. Estes autores consideram que Cuba seria o

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20289/15337>>. Acesso em: 28 set. 2020.

principal ponto de acesso marítimo do Brasil no Mediterrâneo Americano e revelam que os investimentos brasileiros no país teriam superado os venezuelanos em 2014.

Figura 16: Posicionamento geográfico do Porto de Mariel e rotas marítimas



Fonte: Época Negócios, 2015⁵⁰

A proximidade do Porto de Mariel com Havana (apenas 40 km) e com os Estados Unidos favoreceria as relações comerciais do Brasil com o vizinho norte-americano. Ademais, o posicionamento privilegia também o acesso à bacia do pacífico, que leva à Ásia pelo Canal do Panamá ou da Nicarágua, conforme podemos ver na Figura 16.

Ainda na linha da projeção brasileira no Caribe, cabe salientar a importância da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que se constitui como mais uma frente à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (LIMA; DE OLIVEIRA; DA SILVA, 2014), configurando outro exemplo de iniciativa contra-hegemônica para aproximar a América do Sul do Caribe, que se viu pautada e ganhou espaço na política externa brasileira durante o período analisado.

⁵⁰ Disponível em:

<<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/04/direto-de-havana-cuba-volta-sonhar-apos-r-eaproximacao-com-estados-unidos.html>>. Acesso em: out. 2020.

Para além da cooperação e projeção regional, o Brasil também consolida seu poder através da sua projeção internacional de maneira protagonista e exercendo papel de mediador de conflitos no Oriente Médio - papel esse que, como vimos, também foi desempenhado com êxito na América Latina. Um exemplo disto foi a atuação diplomática brasileira na mediação do processo de paz entre Israel e Palestina, do qual o Brasil se aproximou principalmente através do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) (SANTOS, 2014).

Outro ponto a se destacar da atuação política do Brasil na esfera internacional, com grande projeção geopolítica, foi a Declaração de Teerã, firmada entre Irã, Brasil e Turquia em 2010. O acordo desenhado pelos países previa a compra de urânio, em porcentagem de enriquecimento e formato específicos, da Turquia pelo Irã, criando uma alternativa às sanções econômicas impostas ao país persa pelos EUA e União Europeia e reforçando termos do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

De um lado da questão estava o Irã, que considerava o desenvolvimento da tecnologia nuclear necessário “para atender aos anseios de sua população, em termos quer de acesso aos empregos pacíficos da tecnologia nuclear, quer de prestígio no plano internacional” (ROCHA; PEREIRA, 2014, p.657), do outro um conjunto de países ocidentais - representados pelos Estados Unidos - que expressava preocupação e desconfiança com relação ao emprego da tecnologia em questão.

O Acordo Tripartite, como também era conhecido, projetava Brasil e Turquia como grandes articuladores internacionais e garantia ao Irã a retomada do diálogo com o Conselho de segurança da ONU. No entanto, mesmo o Irã tendo cedido em todos os aspectos que interessavam ao grupo de países ocidentais, encabeçados pelos EUA, foi rejeitado e seguido de novas sanções econômicas. Em 2012, a Folha de S. Paulo publicou entrevista com Mohamed ElBaradei⁵¹ na qual o diplomata egípcio, vencedor do Prêmio Nobel da Paz, comenta que o Acordo de Teerã “foi vítima da política doméstica dos EUA” por não ter sido aceito, especialmente entre países ocidentais. Cabe ressaltar que o Acordo de Genebra, que veio a substituir a Declaração de Teerã, cumpre menos critérios exigidos anteriormente pelos Estados Unidos do que a última.

O acordo estratégico militar do Brasil com a França pode ser compreendido também numa linha de projeção independente. As boas relações entre os países, construídas ao longo

⁵¹ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/10/1176666-o-ira-nao-e-uma-ameaca-iminente-diz-nobel-da-paz.shtml>>. Acesso em: out. 2020.

do governo Lula (AMORIM, 2013, p.7), favoreceram o estabelecimento posterior do acordo estratégico militar entre Brasil e França, que, segundo Padula e Fiori (2016, p.540) “deverá alterar – no longo prazo – o poder naval do Brasil no Atlântico Sul, quando o país adquirir (entre 2021 e 2045) a capacidade simultânea de construir submarinos convencionais e atômicos, e de produzir os seus próprios caças bombardeiros”.

Outra empreitada de grande importância foi a Missão Centenário - chamada assim em homenagem ao centenário do 14-Bis -, que levou o tenente-coronel Marcos César Pontes ao espaço a bordo da Soyuz TMA-8 no ano de 2006, tornando-o o primeiro cosmonauta brasileiro. A missão espacial, que tinha como objetivo “realizar experimentos nacionais em ambiente de microgravidade, incentivar o crescimento dessa área de pesquisa no Brasil” (GOVERNO DO BRASIL, 2011) é fruto de uma cooperação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial da Federação Russa (Roscosmos). A coordenadora de um dos projetos cujos experimentos foram realizados por Pontes considerou que “A oportunidade de contato com pesquisadores da área, dos institutos de pesquisa do Brasil e da Rússia foi de grande relevância” (GOVERNO DO BRASIL, 2011).

A consolidação do poder brasileiro na esfera diplomática e geopolítica também está refletida na adoção de atitude independente, porém aberta ao diálogo, do Brasil com relação aos Estados Unidos (AMORIM, 2013, p. 15). Foi durante o período analisado que potências emergentes passaram a questionar a capacidade hegemônica dos Estados Unidos com relação ao fornecimento de bens públicos internacionais (SANTOS, 2014) e até mesmo seu compromisso com a manutenção da ordem internacional liberal estabelecida após a Primeira Guerra Fria.

Em 2006, Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) iniciaram uma coordenação de maneira informal. No ano seguinte, os países decidiram por um maior aprofundamento dos diálogos, que deveria contar também com um encontro entre os Chanceleres, o que ocorre em 2008, com a primeira cúpula do grupo sendo realizada no ano subsequente. O ingresso da África do Sul se deu na III Cúpula, em 2011, quando o grupo passou a se denominar BRICS. A aproximação desses países se deveu ao questionamento apontado acima e resultou em uma das principais iniciativas, se não a principal, entre países emergentes durante a primeira década do século XXI, chegando a contar com um braço financeiro - o Banco dos BRICS.

4.3. As manifestações de 2013 e a derrubada de Dilma Rousseff

Em 2013, com a ameaça de aumento nas passagens de ônibus nas principais capitais do país, iniciou-se uma onda de protestos que, em pouco tempo, se tornaram massivos e eram sintoma de um descontentamento geral e um vácuo político no país. As manifestações trouxeram à tona alguns debates como, por exemplo, a realização de megaeventos ou a militarização da polícia, que respondia com violência aos atos pacíficos. Reacendeu também o debate sobre a corrupção, o que eventualmente fragmentou o movimento.

Também em 2013, Edward Snowden viria a ser reconhecido mundialmente como o ex agente da CIA que vazou documentos comprovando que a companhia estabelece alto grau de vigilância não apenas sobre os cidadãos americanos em algumas circunstâncias, mas também sobre governos e empresas de outros países⁵².

Dentre estes governos e empresas estariam Brasil, Alemanha e a Petrobrás. Assim sendo, o Brasil se viu em posição de pedir explicações aos Estados Unidos e o assunto tornou-se pauta dominante na reunião das 20 maiores economias mundiais⁵³, tal como na Assembleia Geral das Nações Unidas⁵⁴ e na OEA⁵⁵. Nesta última, a presidenta Dilma, que tem o privilégio de abrir a cerimônia, afirmou que a espionagem levada a cabo pela CIA fere a soberania nacional dos países. Além disso, o escândalo gerou diversos debates sobre a temática da segurança da informação no mundo inteiro, como ocorreu em 2014 no âmbito do MERCOSUL.

Voltando ao cenário interno brasileiro, com a fragmentação citada anteriormente, aqueles que estavam mais engajados na luta contra a corrupção e descontentes com a crise econômica, anunciada pelos meios de comunicação, acabaram encaminhando seu discurso contra o Partido dos Trabalhadores e a presidente Dilma, demandando o fim do seu governo, o que se refletiu nas eleições de 2014.

⁵² Disponível em:

<<https://memoria.ebc.com.br/tecnologia/2013/08/web-vigiada-entenda-as-denuncias-de-edward-snowden>>.

Acesso em: out. 2020.

⁵³ Disponível em:

<<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/09/siria-e-programas-de-espionagem-dominam-inicio-de-reuniao-do-g20.html>>. Acesso em: out. 2020.

⁵⁴ Disponível em:

<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/09/dilma-diz-na-onu-que-espionagem-fere-soberania-e-direito-internacional.html>>. Acesso em: out. 2020.

⁵⁵ Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/07/brasil-pede-explicacoes-aos-estados-unidos-sobre-espionagem>>. Acesso em: out. 2020.

De acordo com Marilena Chauí (SINGER et al, 2016), rodeada pelos “valores e símbolos” neoliberais da classe média, a classe trabalhadora que ascendeu economicamente nos anos Lula teria sido cooptada pelo discurso da primeira, que se encontrava descontente por se sentir menos beneficiada que a classe trabalhadora durante o governo PT, além de sentir seu padrão de vida ameaçado pela ascensão dessa nova classe trabalhadora.

A morte do candidato Eduardo Campos e a virada de Dilma na última semana foram aspectos marcantes do pleito de 2014⁵⁶. A margem de diferença para o segundo colocado, Aécio Neves, do PSDB, foi pequena (apenas 3,28 pontos percentuais) e, por isso, a oposição, que naquele momento tinha ele como a principal figura, passou a tratar o Brasil como um país “dividido”, o que desencadeou um processo de instabilidade político-institucional.

Em análise sobre o livro “Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política”, de Bobbio (1995), Fabrício Brugnago e Vera Chaia (2014) argumentam que a radicalização, de uma forma geral, é contrademocrática. Deve-se ter isso em consideração ao observar-se que a polarização da sociedade foi fenômeno que se fez presente no caso brasileiro após as manifestações de 2013, o que se demonstra nos resultados eleitorais de 2014, quando o candidato Aécio Neves perdeu as eleições com baixa margem de diferença para Dilma Rousseff.

A polarização política no Brasil, teve como intensificador o uso da tecnologia das redes sociais por ambos os grupos como viabilizador da radicalização ideológica. Este novo momento da mobilização política foi inaugurado durante os protestos de 2013, havendo ocorrido um auge de radicalização durante as eleições de 2014.

O estadunidense fundador da principal rede de articulação política à época, Mark Zuckerberg, chegou a ser inquirido posteriormente (em 2018) sobre o funcionamento dos algoritmos do Facebook e o favorecimento da divulgação de notícias falsas, discurso de ódio, anúncios discriminatórios e propaganda terrorista⁵⁷. O mecanismo de polarização e desestabilização política implementado também afetou os Estados Unidos durante as eleições de 2016, o que segue sendo observado e chamou a atenção dos Senadores. De acordo com

⁵⁶ Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/dilma-e-reeleita-presidente-do-brasil-efeojpe2zsud8mlqqatt82uku/>>. Acesso em: out. 2020.

⁵⁷ Disponível em:

<<https://www.washingtonpost.com/news/the-switch/wp/2018/04/11/ai-will-solve-facebooks-most-vexing-problems-mark-zuckerberg-says-just-dont-ask-when-or-how/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

engenheiros e cientistas de dados do próprio Facebook, a plataforma busca gerar engajamento através de discussões e divergências, funcionando de maneira polarizadora⁵⁸.

Após a sua eleição em 2014, Dilma abandona sua proposta de política econômica e promove um ajuste fiscal com o objetivo de apaziguar as relações do governo com o mercado, o que faz com que seu mandato perca popularidade e o distancia da base social que foi responsável pela sua eleição. A oposição e a mídia chegaram a qualificar o ocorrido como “estelionato eleitoral” (BASTOS, 2017, p.5) por considerarem que a política adotada seria similar àquela proposta por Aécio Neves, que tinha à frente de sua equipe econômica o liberal Armínio Fraga.

Silva (2017) argumenta que a formação de alianças e composição de governos de coalizão são requisitos para a governabilidade e estabilidade institucional em sociedades mais divididas. Assim, é importante notar que, no sistema bicameral brasileiro, Dilma Rousseff governava com minoria parlamentar e, com as perdas significativas de apoio do campo progressista, o índice de reprovação de seu governo chegou a 71% em agosto de 2015 e 69% em fevereiro de 2016, de acordo com o Datafolha⁵⁹ (Figura 17).

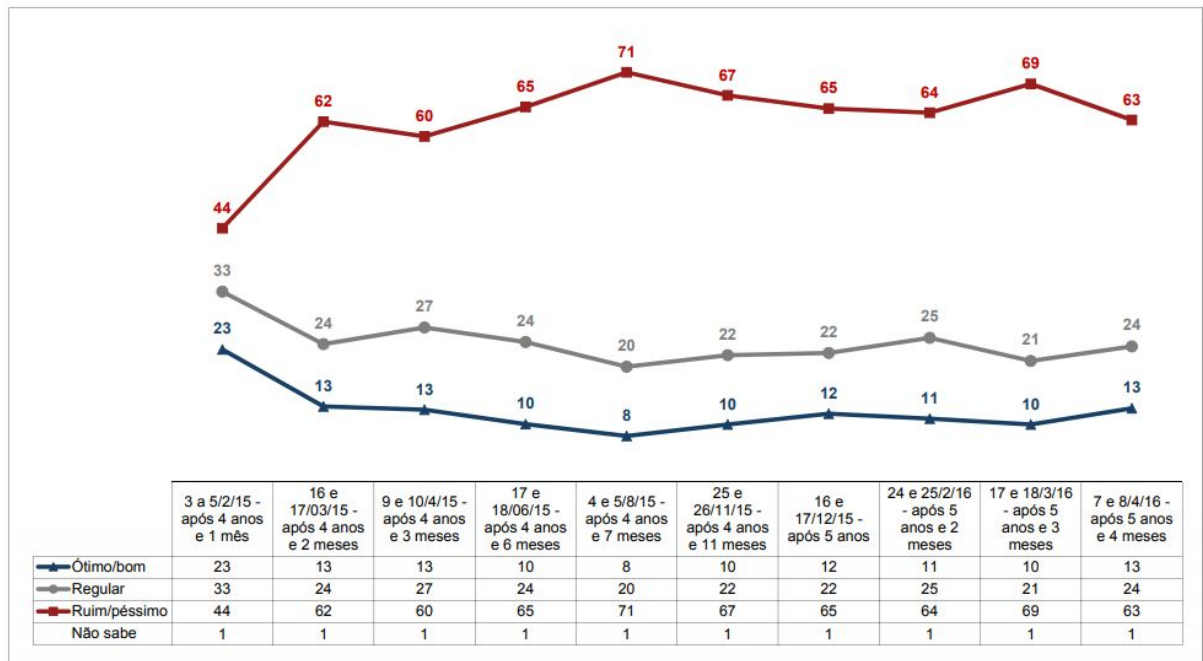
⁵⁸ Disponível em:

<<https://www.wsj.com/articles/facebook-knows-it-encourages-division-top-executives-nixed-solutions-11590507499>>. Acesso em: 28 set. 2020.

⁵⁹ Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/04/11/avaliacao-presidente-dilma.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

Figura 17:

**Evolução da avaliação do governo de Dilma Rousseff – 2º mandato
(estimulada e única, em %)**



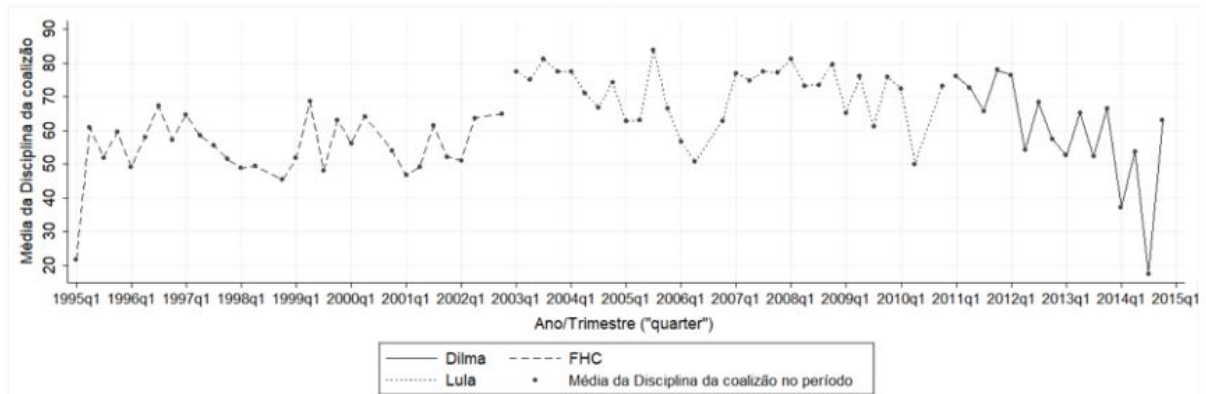
Fonte: Na sua opinião a presidente Dilma está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?
Base: Total da amostra - Brasil

Fonte: Datafolha, 2016

Para Martínez-Gallardo (2012), altas taxas de aprovação presidencial e disciplina da coalizão partidária seriam fatores que contribuiriam para a estabilidade do governo e, conforme Silva (2017) demonstra no gráfico a seguir, o governo de Dilma, além das baixíssimas taxas de aprovação, também contaria com menor grau de disciplina, o que também se reflete na taxa de sucesso da presidente para projetos apresentados.

Figura 18:

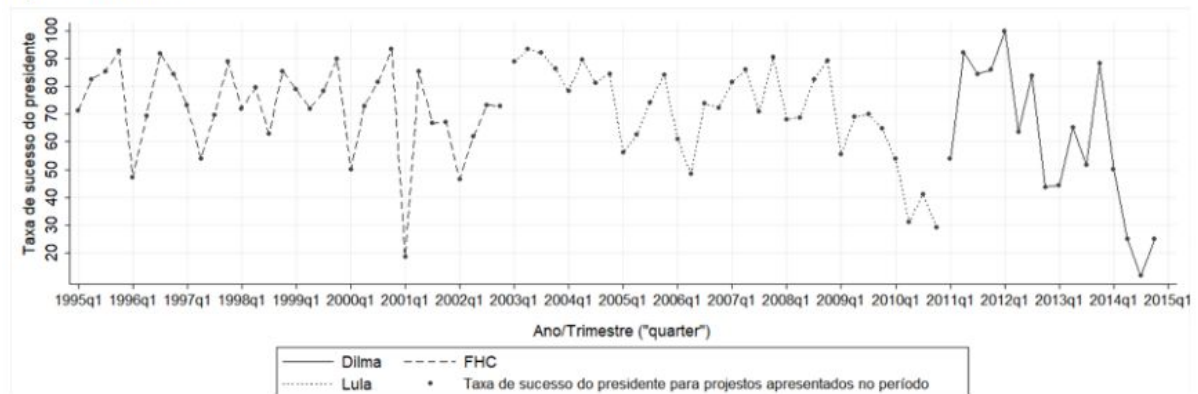
Gráfico 4 – Média trimestral da taxa de disciplina da coalizão



Fonte: (SILVA, 2017)

Figura 19:

Gráfico 3 – Média trimestral da taxa de sucesso do presidente para projetos apresentados



Fonte: (SILVA, 2017)

A composição do congresso em 2014 foi qualificada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) como “o mais conservador do período pós-1964 [ditadura militar]”⁶⁰, o que certamente vai em direção contrária aos ideais progressistas do governo de esquerda no Brasil. Além disso, a perda de apoio da base aliada de Dilma no parlamento e o avanço do processo de Impeachment estão intimamente conectados. Assim, a falta de uma base governamental que permitisse governabilidade foi um agravador da situação política no

⁶⁰ Disponível em:

<<https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/01/05/nova-composicao-do-congresso-e-a-mais-conservadora-des-de-1964.ghtml>>. Acesso em: out. 2020.

Brasil, tendo facilitado os processos de instabilidade que culminaram na destituição da presidente.

Um dos elementos mais importantes para o processo de desmoralização e desmonte do governo do PT foi o *Lawfare*. Na atualidade, seu principal instrumento é a Operação Lava Jato, mas o Mensalão também fez parte deste método de guerra política através da lei.

Em função da articulação internacional em torno da Lava Jato, esta será nosso foco no presente trabalho. Segundo a Polícia Federal, a operação iniciada em 2014 tinha como objetivo apurar a “prática de crimes financeiros e desvio de recursos públicos”. Assim, a oposição à Dilma se apropriou do discurso anticorrupção e passou a apoiar a força-tarefa, fazendo do juiz Sergio Moro, responsável pelo julgamento dos casos, um “herói nacional”.

A operação foi responsável pela prisão e processo de diversas grandes empresas e empresários brasileiros que tinham projeção e inserção internacional, de maneira que acabou por desestruturar sua atuação em diversos setores econômicos no Brasil e no exterior. Essas empresas estavam majoritariamente ligadas ao setor da infraestrutura, muito caro à geopolítica e à geoeconomia.

Os objetivos políticos da Lava Jato se evidenciaram através do escândalo conhecido como “Vaza Jato”, que revelou ao público a cooperação entre o juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol⁶¹.

A retórica em torno do combate à corrupção não é uma novidade ou exclusividade do processo de instabilidade brasileiro e foi aplicada em quase todos os processos de destituição de presidentes esquerdistas na América Latina como a principal ferramenta de comoção da opinião pública.

No Brasil, os meios midiáticos tiveram importante papel de difusão do ideal anticorrupção ao fornecer espaço para a divulgação e exaltação do trabalho da Lava Jato, atacando deliberadamente a imagem do Partido dos Trabalhadores, fato que, adicionado à falta de carisma de sua persona e à baixa popularidade do seu governo, impossibilitou a comoção e reivindicação massivas pela restituição da Presidente Dilma Rousseff ao poder.

⁶¹ Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>. Acesso em: 29 set. 2020.

Figura 20: Revista Veja reconhece ter tratado Moro como herói



Fonte: The Intercept Brasil⁶²

Conforme argumenta Fernando Antônio Azevedo (2006, p.89):

Historicamente algumas das características mais notáveis do nosso sistema de mídia permanecem imutáveis: o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência, no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes. Deve-se lembrar ainda o surgimento tardio da imprensa e dos jornais comerciais em nosso país e a centralidade e hegemonia da televisão em nosso sistema de mídia. Some-se a tudo isto, no campo político, os ciclos autoritários, o retorno relativamente recente da democracia e da liberdade de imprensa e a atual presença de um pluralismo polarizado (moderado)

Um claro exemplo da ação midiática no Brasil é o revisionismo em torno do pagamento da dívida externa durante o governo Lula que começou a ocorrer no ano de 2013, ano que precedeu as eleições de 2014. Artigos de diversos jornais⁶³ começaram a debater a transformação do pagamento da dívida externa em 2006 num mito, quando, em realidade, o próprio diretor-gerente do FMI à época, o espanhol Rodrigo Rato⁶⁴, afirmou que o país havia quitado sua dívida.

⁶² Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/05/veja-conduta-moro-lavajato/>>. Acesso em: 29 set. 2020.

⁶³ Disponível em: <<https://dinheiropublico.blogfolha.uol.com.br/2013/10/29/dilma-repete-mito-petista-de-que-divida-externa-do-pais-foi-paga/>>. Acesso em: 27 de set. 2020.

⁶⁴ Disponível em: <

Sobre a tentativa de justificativa legal através do instrumento processual, é importante notar que só foi possível tentar argumentar a constitucionalidade do processo por conta do envolvimento do poder judiciário e do legislativo. No caso de Dilma, durante todo o processo do impeachment, a propaganda daqueles que o apoiaram girou em torno da existência do dispositivo legal para impedir a presidente tendo em vista um suposto “mau desempenho” de seu segundo governo, enquanto os contrários ao processo alegaram que a implementação de um impeachment sem a ocorrência de crime de responsabilidade seria característico de um “golpe de Estado”.

A presidente Dilma Rousseff foi acusada de praticar pedaladas fiscais e foram realizadas duas votações distintas: a primeira para decidir pela cassação do mandato da petista e a segunda para decidir pela interdição de seus direitos políticos e desabilitação da ocupação de cargos públicos. A primeira votação decidiu pela cassação do mandato, porém a segunda decidiu pela manutenção dos direitos de Dilma.

5. CONCLUSÃO

No presente capítulo pretende-se concluir a análise dos três níveis abordados - global, regional e nacional - de modo a averiguar se o que ocorre nos dois primeiros níveis influenciou a deposição da presidente Dilma Rousseff no ano de 2016 no Brasil.

Para tratar da ruptura política de larga escala ocorrida no Brasil em 2016, foi necessário conhecer e compreender o cenário regional do ponto de vista histórico e do ponto de vista conjuntural da geopolítica. Tendo em vista o contexto de rupturas muito similares em toda região da América Latina, no século XXI, além das disputas e interesses das grandes potências, espera-se que seja possível lançar sobre o caso brasileiro, à luz de tal comparação, um olhar crítico dos eventos que levaram à destituição de Dilma Rousseff.

Para a tese central do presente trabalho, é importante compreender que a geopolítica sul americana é muito dependente da geoestratégia estadunidense, que ainda se baseia nos preceitos postulados por Spykman em 1942. Isso se comprova através da observação do tema principal tratado: a instabilidade política no Brasil no contexto em que este galgava um posicionamento como potência regional e independente, fazendo frente à hegemonia hemisférica dos Estados Unidos.

Kaplan (2012), em sua leitura sobre a geopolítica spykmaniana, refere-se ao Caribe como “quintal hemisférico”⁶⁵ dos Estados Unidos, o que denota que a região estaria sob tutela do hegemom ao norte e que, portanto, nenhum desafio na região deve ser tolerado. Ao mesmo tempo, Spykman (1942), conforme visto anteriormente, eleva Brasil, Argentina e Chile ao patamar de “grandes Estados da América do Sul” e afirma que a tentativa de contrabalançar o poder estadunidense na região ABC, de maneira a ameaçadora para a hegemonia do vizinho norte-americano, deve ser respondida através da guerra.

Além disso, a importância do Brasil perante a América do Sul, na visão estratégica dos Estados Unidos, está evidenciada no memorando da reunião entre os então presidentes Emílio Garrastazú Médici e Richard Nixon, com a participação do estrategista Henry A. Kissinger. Nela, Nixon pediu o apoio do Brasil ao golpe de Estado contra Salvador Allende em 1973 e admitiu que haveria “muitas coisas que o Brasil, enquanto país sulamericano, poderia fazer

⁶⁵ Tradução da autora. No original: “hemispheric backyard”.

que os Estados Unidos não poderiam”⁶⁶ (THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1971, p.7).

O Brasil fez parte, primeiro, de uma tendência regional de ascensão das esquerdas nacionalistas que, conforme vimos ao longo do trabalho, mudou os rumos da geopolítica na região da América Latina. Posteriormente o país fez parte de outra tendência regional, da derrubada e saída dessas esquerdas nacionalistas das suas posições de poder, em todo continente.

De acordo com Cairo (2008), a situação política do início do século XXI apresentou uma possibilidade de autonomia inédita na história dos países independentes da América Latina, com o descolamento dos projetos políticos tanto da tutela europeia quanto da tutela estadunidense. Alguns exemplos disso são a eleição de Evo Morales, primeiro presidente indígena da Bolívia (cuja população é composta de cerca de 60% de indígenas), o projeto bolivariano de Chávez e a política externa de Lula.

Tal visão dos países latino americanos - majoritariamente à esquerda - sobre o momento político conflita com a estratégia dos Estados Unidos - país que tem controle histórico sobre a geografia ocidental. Assim, as alianças sul-sul, que tiveram grande espaço durante a primeira década do século XXI, ganharam caráter anti hegemônico. Isso gerou possibilidades não apenas para a Venezuela e o Brasil, como para todo o continente, e parece agir em prol de uma maior multipolaridade tanto a nível regional quanto global.

A transformação do Brasil em uma das maiores economias mundiais se deve, entre outros fatores, à projeção postulada pela política externa ativa e ativa durante o governo Lula, que se baseou no favorecimento das relações de integração sul-sul. Um importante exemplo é a cooperação entre Brasil e Venezuela que, de acordo com Guaita (2014), foi responsável pela posição econômica regionalmente protagonista do gigante sulamericano, que mesmo após a grande crise do subprime de 2008, manteve bom desempenho.

É através desses dados que se pode fazer uma importante conexão: a nível regional o Brasil emergiu como Estado pivô com capacidade de afetar o equilíbrio de poder regionalmente. Seu projeto de poder perpassa alianças com os Estados que o país sulamericano, de maneira perspicaz, reconhece como possíveis aliados que beneficiariam sua projeção internacional.

⁶⁶ Tradução da autora. No original: “ there were many things that Brazil as a South American country could do that the U.S. could not”.

Além disso, a atuação da política externa brasileira no Oriente Médio (acordo nuclear com o Irã, processo de paz Israel-Palestina, entre outros) pode ter gerado desconforto geopolítico para os Estados Unidos, tendo em vista a tentativa de independência diplomática e política do vizinho Sulamericano com relação à sua esfera de influência.

Conforme visto anteriormente, a supremacia estadunidense passou a ser contestada não apenas por grandes potências globais, como Rússia e China, mas também por grupos de novas potências emergentes, como o IBAS.

Há, contudo, uma clara resposta que barra esta tendência. Um artigo de opinião publicado na revista *Time* afirma que as políticas de Obama para a América Latina se parecem as de Bush⁶⁷. O presidente democrata, eleito sob a impressão de que as políticas estadunidenses para o Hemisfério Ocidental sofreria mudanças⁶⁸, parece ter dado continuidade à chamada Doutrina Bush. Foi durante seu governo que ocorreu, além do golpe em Honduras, o golpe no Paraguai e o processo de impeachment duvidosamente conduzido no Brasil. “Para o próprio Zelaya, sua destituição em 28 de junho de 2009 deu início ao ciclo que continuou com Fernando Lugo no Paraguai (2012) e Dilma Rousseff no Brasil (2016).”⁶⁹.

Mahan afirmava que a propulsão do poder estadunidense dependia dos mares, do Caribe e do Pacífico (KAPLAN, 2012). Portanto, à falta do domínio completo da região do Caribe, os Estados Unidos, seguindo o que afirmava Mahan, reforçam a Aliança do Pacífico e postulam a proposta da Parceria Trans-Pacífico. Esta última, além de funcionar visando ao controle do Pacífico e à recuperação da região do Mediterrâneo Americano (CABRAL, 2015), exclui China, Rússia e Brasil, que compõem o grupo dos BRICS. Essas ações buscam desmobilizar o caráter multilateral de governança global proposto pelo grupo e denotam a reação estadunidense à sua perda de poder relativo. Além disso, a proposta também pode ser interpretada como uma maneira de “conter o avanço da China e dos projetos do Brasil na América do Sul.”(PADULA; FIORI, 2016, p.541).

A Rússia, cujo poder Kaplan (2012) classifica como “um poder reacionário e terrestre”⁷⁰ (p. 51), foi alvo das ações estadunidenses pois as “redefinições políticas internas e

⁶⁷ Disponível em: <<http://content.time.com/time/world/article/0.8599.1945440.00.html>>. Acesso em: 27 set. 2020.

⁶⁸ Disponível em: <<https://cepr.net/diez-indicios-que-revelan-la-actitud-de-eeuu-respecto-al-golpe-de-honduras/>>. Acesso em: 27 set. 2020.

⁶⁹ Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/americas/201705228450416-eua-america-latina-invasao/>>. Acesso em: 27 set. 2020.

⁷⁰ Tradução da autora. No original: “reactionary land power”.

externas realizadas pelos governos Putin e Medvedev (1999/2014)” (PECEQUILO, CARMO, 2014, p.35) funcionaram de modo a reposicionar este país estrategicamente diante do Ocidente. Isso permitiu que a Rússia reagisse aos intentos estadunidenses de gerar instabilidades geopolíticas através do avanço da OTAN para o leste através de sua aliança com a Venezuela, conforme mencionado anteriormente, no capítulo 2.

Com relação à China, a política do governo brasileiro, conforme vimos também no capítulo 2, tem mais que ver com questões econômicas e impulsionou o acesso chinês à região. O questionamento que se faz advém do fato de que isto gera duas possibilidades para a América Latina, vis-à-vis a força de seu poder econômico e seus propósitos estratégicos globais: a alternativa à dependência, que faz com que os Estados tenham seu desenvolvimento limitado à exportação de bens primários e *commodities* ou a simples substituição do polo de dependência, que passaria dos Estados Unidos para a China.

O que não se pode questionar, entretanto, é que o crescimento da presença chinesa na região prejudica o domínio dos Estados Unidos, tendo o Canal da Nicarágua como exemplo mais claro de desafio estratégico.

Dessa forma, as “mudanças na projeção de poder dos Estados Unidos e da China na América do Sul, [...] as interações intrarregionais e extrarregionais criaram esferas estratégicas diferenciadas no espaço sul-americano.” (PECEQUILO, 2013, p.101).

Em 2013 observamos no Brasil movimentos similares à revoluções coloridas, uma das táticas e formas não convencionais de guerra, características das chamadas Guerras Híbridas, que geralmente têm por objetivo desestabilizar governos.

Na linha que considera a possibilidade dos movimentos de 2013 serem revoluções coloridas, saltam aos olhos quatro fatos: 1) A embaixadora dos EUA no Paraguai no ano que antecedeu a destituição de Fernando Lugo foi deslocada para a embaixada brasileira em 2013. 2) Antes disso, ela supervisionava relações bilaterais dos Estados Unidos com Cuba, Caribe e América Central. 3) Também em 2013 foi descoberta a espionagem estadunidense na Petrobrás, pouco antes da chegada da diplomata.⁷¹ 4) Logo após essa mudança, foram iniciados os trabalhos da força-tarefa da Polícia Federal, comandada por Deltan Dallagnol.

É interessante também que o juiz responsável pelo julgamento dos crimes da Lava Jato tenha participado de um intercâmbio entre o Departamento de Justiça dos EUA e integrantes

⁷¹ Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/nova-embaixadora-dos-estados-unidos-chega-brasil.html>>.

Acesso em: out. 2020.

do Judiciário, do MP e da Polícia Federal brasileira para tratar de temas ligados à lavagem de dinheiro e combate à corrupção - O Projeto Pontes⁷².

Os interesses e o poder estadunidenses, de acordo com a leitura do principal estrategista do país, estavam ameaçados por um projeto regional independente do norte global (Estados Unidos e seus aliados), encabeçado por alianças entre países cujos governos de esquerda contestavam a ordem internacional vigente por meio das próprias instituições dessa ordem - estabelecidas pelo hegemon (EUA).

No mesmo momento em que passam por essa contestação regional, os Estados Unidos passam também por uma disputa hegemônica envolvendo outras duas potências que não fazem parte de seu bloco aliado, a quem são interessantes e bem-vindas as contestações regionais a seu favor e vice-versa.

Spykman (1938, p. 39) afirma que o clima e a topografia (barreiras naturais) podem ser superadas com o uso de capital e de adventos tecnológicos (meios artificiais). Se esse é o caso, os Estados Unidos detêm tal quantidade de capital e tecnologia que favorece a ocorrência da guerra híbrida, na qual “os agressores exploram todos os modos de guerra, simultaneamente” com o objetivo de “apropriar-se de seu território, e/ou de seu imaginário coletivo, e/ou de seus recursos”. (COSTA, 2018, p. 22).

A luta de classes é, se não a maior, uma das maiores fraquezas de todos os países capitalistas. Entretanto, nos países capitalistas subdesenvolvidos a grande desigualdade gerada pela sua exploração no âmbito da Divisão Internacional do Trabalho e do imperialismo internacional, que encontra respaldo nas elites nacionais, agrava ainda mais essa fragilidade nacional. Assim, não é imprevisto que os atores interessados em promover uma guerra híbrida no Brasil e na região latinoamericana se utilizam majoritariamente da luta de classes existente no campo doméstico em cada um dos países para levar a cabo o objetivo de desestabilização nacional.

Desse modo, no mínimo, pode-se inferir que a geopolítica latino-americana foi afetada pelas práticas que visavam a sanar as instabilidades externas de um país que vinha tendo sua supremacia contestada em diversas frentes.

⁷² Conforme documento vazado pelo WikiLeaks, disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html. Acesso em: 27 set. 2020.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO de Cooperação Energética PETROCARIBE. = ACUERDO de Cooperación Energética PETROCARIBE. Disponível em: <<http://www20.iadb.org/intal/catalogo/PE/2013/12971.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ALBA-TCP. **What is ALBA?** Disponível em: <<http://alba-tcp.org/en/contenido/alba-tcp-eng>>. Acesso em: 2 set. 2017.

AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.

_____. **Discurso na Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal sobre as relações Brasil - Bolívia**. Brasília, 9 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7815-exposicao-do-ministro-celso-amorim-em-audiencia-publica-da-comissao-de-relacoes-exteriores-e-defesa-nacional-do-senado-federal-sobre-as-relacoes-brasil-bolivia>>. Acesso em: out. 2020

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opin. Publica**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, May 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004>.

BAKU-TBLISI-CEYHAN PROJECT DIRECTORATE. **Aim of the BTC Project**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20070205212848if_/http://www.btc.com.tr:80/eng/project.html>. Acesso em: out. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores do desenvolvimento mundial**. Disponível em: <<https://databank.bancomundial.org/reports.aspx?source=world-development-indicators>>. Acesso em: out. 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra** v. 24, no. 50, 2008, p. 7-35.

_____. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Editora José Olympio, 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. ASCENSÃO E CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016: PODER ESTRUTURAL, CONTRADIÇÃO E IDEOLOGIA. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 2, e172129, Aug. 2017 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000200209&lng=en&nrm=iso. access on 26 Sept. 2020. Epub Dec 21, 2017. <https://doi.org/10.1590/198055272129>.

BBC online. Disponível em: <http://www.bbc.com/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BISSIO, Beatriz. Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 9, n. 3, setembro-dezembro, 2017, p. 532-553.

BOERSNER, Demetrio. **La geopolítica del Caribe y sus implicaciones para la política exterior de Venezuela**. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales: Caracas, 2011. Disponível em: <http://www.ildis.org.ve/website/administrador/uploads/DocDBoersnerRelacionesVzlaCaribe.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.351 de 22 de dezembro de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112351.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20explora%C3%A7%C3%A3o%20e,de%206%20de%20agosto%20de. Acesso em: out. 2020.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, june 1965. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>>. Acesso em: 28 aug. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Estado necessário para a democracia possível da América Latina**. Textos para discussão 184, FGV, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2608/TD%20184%20-%20Lui%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 aug. 2017.

BRUCE, Mariana . Movimentos Sociais e Bolivarianismo. **Boletim Tempo Presente (UFRJ)**, v. 3, p. 1, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4174/3459>> Acesso em: 13 nov. 2017.

BRUCKMANN, Monica. **Recursos naturales y la geopolítica de la integración Sudamericana**. Instituto de Altos Estudios Nacionales, Universidad de Postgrado del Estado, 2012. Disponível em: <<http://www.albamovimientos.org/wp-content/uploads/2012/11/libro-bruckman-Recursos-naturales-y-la-geopolitica-de-la-integracion-sudamericana.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CABRAL, Severino. Os Estados Unidos, a América Latina e o mundo do século XXI: forjando um novo espaço geopolítico. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p.9-20, 2015.

CAIRO, Heriberto. A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 219-235, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200003&lng=e>

n&nrm=iso>. Acesso em: 1 Sept. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000200003>

CASTANEDA, Jorge G. Latin America's left turn: A Tale of Two Lefts. **Foreign Affairs**. p. 28-43, 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2006-05-01/latin-americas-left-turn>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

Center for Economic and Policy Research. Disponível em: <<http://cepr.net/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabricio. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22032/16586>>. Acesso em: 29 set. 2020.

COSTA, Darc. Guerra Psicológica nos Novos Tipos de Guerra. **Revista Silva – Humanidades em Ciências Militares**, Vol 2, n.2, Jul-Dez 2018, ISSN: 2594-8199. Disponível em: <http://www.revistasilva.cep.eb.mil.br/images/revista_v2_n2/2_artigo_DARCCOSTA_-_Vol_2_n2.pdf>. Acesso em: out. 2020.

_____. Guerras assimétricas. **Enciclopédia de Guerras e Revoluções**, v. 3, p. 1945-2014, 2004.

DA COSTA, Wanderley M. O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. São Paulo: vol. 25, 2015.

DATAFOLHA. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff**, Opinião Pública. São Paulo, abr. de 2016. Disponível em:

<<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/04/11/avaliacao-presidente-dilma.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2020.

_____. **Avaliação Governo Lula**, Opinião Pública. São Paulo, dez. de 2010. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

DE LIMA, Wendell Teles; DE OLIVEIRA, Ana Maria Libório; DA SILVA, Itaiçara Oliveira. Geopolítica do Sistema Geográfico Brasileiro na bacia caribenha. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 1, n. 2, p. 186-201, 2014.

EASTERN ECONOMIC FORUM. **Decree of the President of Russia**. Disponível em: <<https://forumvostok.ru/en/about-the-forum/decree/>>. Acesso em: 26 set. 2020.

El País. Disponível em: <<https://elpais.com/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

El Universo. Disponível em: <www.eluniverso.com>. Acesso em: 2 set. 2017.

Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/>>. Acesso em: out. 2020.

Época Negócios. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/>>. Acesso em: out. 2020.

Estado de São Paulo. Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em 30 ago. 2017.

EURASIAN ECONOMIC UNION. **General information**. Disponível em: <<http://www.eaeunion.org/?lang=en#about>>. Acesso em: 3 set. 2017.

FERES JUNIOR, João. Spanish America como o outro da América. **Lua Nova**, São Paulo, n. 62, p. 69-91, 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000200005&lng=e>

n&nrm=iso>. access on 10 Nov. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452004000200005>.

FERREIRA, Carla. Bolivarianismo e Chavismo: os desafios ideológicos do processo venezuelano. **História e Luta de Classes**, n. 4, 2012. Disponível em: <<http://www.historiaelutadeclases.uff.br/index.php/HLC/article/viewFile/12/12>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **OIKOS**, Rio de Janeiro, Vol. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10/6>>. Acesso em: 5 set. 2017.

_____. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. In: ACIOLY, L.; CINTRA, M. A. M. (Ed.). **Inserção internacional brasileira**. Brasília: Ipea, 2010. v. 1

_____; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **O poder americano**. Editora Vozes, 2004.

_____. **Nicholas Spykman e a América Latina**, 2007. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/fiori051207.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

_____. **Por uma economia política do tempo conjuntural**. Texto para Discussão, n. 44, Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

_____, R. Padula & M.C. Vater. **A projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana e o controle da Bacia do Atlântico Sul**. In Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro, Volume III. Brasília, 2013, p. 9-216.

Folha de São Paulo. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of food insecurity in the world 2014: strengthening the enabling environment for food security and nutrition.** Food & Agriculture Org. Rome, 2014.

FRIEDMAN, George. **The Geopolitics of China: A Great Power Enclosed.** Stratfor. Austin: junho, 2008.

Fukuyama, Francis. **O fim da história e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

G1 portal de notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GERBASI, Fernando. **El nuevo multilateralismo regional, Venezuela y los cambios geopolíticos en América Latina.** Caracas: ILDIS (2012). Disponível em: <<http://www.ildis.org.ve/website/administrador/uploads/DocumentoElNuevoMultilateralismoRegional.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

GIRAULT, C. Dimensão Geopolítica das Integrações Regionais (dimension geopolitics of regional integrations). **MERCATOR**, v. 9, n. 19, p. 7-17, 2010 Tradução Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/388>> Acesso em: out. 2020.

GÓES, Juliano. A geopolítica do Ártico: a presença militar russa e suas implicações. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE PERNAMBUCO**, 3., 2016, Recife, PE. Disponível em: <<http://faculdadedamas.edu.br/externos/posts/files/G%C3%93ES%20GT%2004.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.

GOVERNO DO BRASIL. Agência Espacial Brasileira. **Missão Centenário Completa Cinco Anos.** 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/aeb/pt-br/assuntos/noticias/missao-centenario-completa-cinco-anos>>. Acesso em: out. 2020.

GOVERNO DO BRASIL. Agência Espacial Brasileira. **Missão Centenário é Relembrada Pelo Seu 10º Aniversário.** 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/aeb/pt-br/assuntos/noticias/missao-centenario-e-relembra-pelo-seu-10-o-aniversario>>. Acesso em: out. 2020.

GUAITA, Humberto José Mayora. "Transformaciones realizadas por Venezuela en el mapa geopolítico de la integración regional latinoamericana." **Aldea Mundo** 19, no. 38, 2014. Disponível em: <<http://erevistas.saber.ula.ve/index.php/aldeamundo/article/view/8552/8514>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

IBGE. **Atlas geográfico escolar: ensino fundamental do 6º ao 9º ano.** 2. ed. [s.l.] IBGE, 2015.

IPEA. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, pobreza e políticas de renda. **Comunicados do IPEA**, n. 155, Brasília, IPEA, 25 set. 2012.

IPEADATA. **Série do salário mínimo real a preços de 2020 (1940-2020).** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667&module=M>>. Acesso em: out. 2020.

Isto é Dinheiro. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/>>. Acesso em: out. 2020.

KAPLAN, Robert D. **The revenge of geography: what the map tells us about coming conflicts and the battle against fate.** Random House, 2012.

KINDLEBERGER, C. **The World in Depression: 1929-1939.** Los Angeles: University of California Press, 1973.

KISSINGER, Henry. **On China.** London: Allen Lane, 2011.

KORYBKO, Andrew. **Hybrid Wars: the Indirect Adaptive Approach to Regime Change.** Moscow: Institute For Strategic Studies and Predictions (2015).

LOBO, Carlos. A República Popular da China e a geopolítica da Ásia no início do século XXI. **ComCiência**. Campinas: n. 137, 2012.

MAHAN, Alfred T. **The Influence of Sea Power Upon History**, 1660-1783. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em: <<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

MARTÍNEZ-GALLARDO, Cecilia. Out of the cabinet: what drives defections from the government in presidential systems? **Comparative Political Studies**, v. 45, n. 1, p. 62-90, 2012.

MEDEIROS & SERRANO (1999). **Padrões monetários internacionais e crescimento**. Em J.L. Fiori (org), Estados e Moedas no desenvolvimento das nações, Editora Vozes, 1999.

MERCOSUL. **Saiba mais sobre o Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MILIOLI, Geraldo. **Abordagem ecossistêmica para a mineração**: uma perspectiva comparativa para Brasil e Canadá. Florianópolis, 1999, 403 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Centro Tecnológico - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30361608.pdf>>. Acesso em: out. 2020.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: out. 2020.

_____. **União de Nações Sul-Americanas**. Política Externa. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>>. Acesso em: 2 set. 2017.

MOURA, Augusto Luna de. **O “Chinese Dream” na estratégia de política externa da China sob o governo de Xi Jinping: percepções em textos e discursos.** 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158243/Monografia%20do%20Augusto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 nov. 2017

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Trans-Pacific Partners and United States Launch FTA Negotiations**, 2008. Disponível em: <<https://ustr.gov/trans-pacific-partners-and-united-states-launch-fta-negotiations>>. Acesso em: 26 set. 2020.

PADULA, Raphael. A Aliança para o Pacífico, o Brasil e o poder global na integração regional da América do Sul. **Anais IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações internacionais-ABRI**, realizada em Belo Horizonte, entre, v. 23, 2013

_____; FIORI, José Luís. Brasil: geopolítica e "abertura para o pacífico". **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 36, n. 3, p. 536-556, Sept. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572016000300536&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572016v36n03a05>.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 100-115, jul-dez 2013. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113/72>>. Acesso em: 1 set. 2017.

_____; CARMO, Corival Alves Do. A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica? **Brazilian Journal of International Relations**, v. 3, p. 32-69, 2014. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3549/2813>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____; LUQUE, Alessandra. EUA e Rússia: Convergência e Divergência Geopolítica (1989-2016). **Meridiano 47**. Brasília: vol. 17, 2016.

_____. **Manual do Candidato – Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/eduardojanser/disciplinas/rel.-internacionais-comex/livro-politica-internacional-manual-do-candidato-da-funag-autora-cristina-pecequilo>>. Acesso em: out. 2020.

PETROCARIBE. **About Petrocaribe**. Disponível em: <<http://www.petrocaribe.bz/>>. Acesso em: 3 set. 2017.

PICCOLLI, Larlecianne. As relações Rússia-OTAN: entre sinais de defesa e ameaça. **JANUS 2015-2016-Integração regional e multilateralismo**, p. 22-23, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2916/1/1.7_LarleciannePiccolli_OTAN.pdf>. Acesso em: out. 2020.

PINHEIRO, J. C. F. **A importância econômica da mineração no Brasil**. Apresentação Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - Renai, ago. 2011. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1314392332.pdf>. Acesso em: out. 2020.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens da Nova Época**. Tradução de Fanny Wrobel. Editora Campus Ltda. Rio de Janeiro, 1980.

POLÍCIA FEDERAL. **Operação Lava Jato**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato#:~:text=No%20dia%2017%20de%20mar%C3%A7o,e%20desvio%20de%20recursos%20p%C3%ABablicos.>>. Acesso em: 29 set. 2020.

Reuters. Disponível em: <br.reuters.com>. Acesso em: 30 ago. 2017.

Revista Exame. Disponível em: <<https://exame.com/>>. Acesso em: out. 2020.

Revista UNESP. Nº 235 – Ano XXII. 2008. Entrevista a Daniel Patire. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstream/handle/10/25778/Ano_XXII_235_Jul_2008.pdf?sequence=2>. Acesso em: out. 2020.

RICCOMINI, C.; SANT'ANNA, L. G.; TASSINARI, C. C. G. Pré-sal: geologia e exploração. **Revista USP**, [S. l.], n. 95, p. 33-42, 2012. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i95p33-42. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revusp/article/view/52236>. Acesso em: 15 out. 2020.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da; PEREIRA, Mourão de Souza Sardo de Abreu. Iran Talks: Das Palavras aos Atos. A Declaração de Teerã e o Plano de Ação Conjunto de Genebra em Perspectiva. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 655-682, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000200655&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Oct. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292014000200011>.

RODRIGUES, Bernardo. TPP, TTIP, TISA e a geopolítica da “Segunda Guerra Fria”. **Diálogos Internacionais.** Disponível em: <<http://www.dialogosinternacionais.com.br/2016/01/tpp-ttip-tisa-e-geopolitica-da-segunda.html>>. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

ROMERO, PABLO P. S. Relações Caracas-Moscou: implicações da presença russa no mar do Caribe. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S.l.], v. 9, n. 99, p. 32-34, oct. 2010. ISSN 1518-1219. Available at: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3389/3075>>. Acesso em: out. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.20889/872>.

ROUCEK, J., DELLA CROCE, G. The Geopolitics of Cuba / La Geopolitica di Cuba. **II Politico**, vol. 28, no. 4, 1963, pp. 870–919. JSTOR. Disponível em: <www.jstor.org/stable/43205961>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SAINT-PIERRE, Héctor. Itamaraty evitou o pior na crise entre Colômbia e Equador.

SANTOS, Norma BRENDA DOS. A política externa do governo Lula com relação ao conflito Israel-Palestina. **História**, Franca, v. 33, n. 2, p. 189-216, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742014000200189&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920140002000010>.

SCOTT, Alexander (1812). **Alexander Scott to James Monroe**, 16 November 1812 and 1 January (1813). In Consular Letters from La Guaira: NA M84/R1.

SHANGHAI ORGANIZATION COOPERATION. **About SCO**. Disponível em: <http://eng.sectesco.org/about_sco/>. Acesso em: 26 set. 2020.

SIMÕES FERNANDES, Ananda. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses** [en linea] 2009, 2 (Julio-Diciembre). Fecha de consulta: 10 de noviembre de 2017 Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193314422012>> ISSN 1984-3356

SILVA, Aline Melquíades. Os ciclos do presidencialismo de coalizão e seus determinantes político-econômicos,. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 24, p. 49-80, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522017000300049&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Sept. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220172402>.

SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo Editorial, 2016.

SPYKMAN, Nicholas J. **America's Strategy in World Politics**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

_____.¹. Geography and Foreign Policy, I. **The American Political Science Review**, Baltimore, Vol. 32, No. 1 (Feb., 1938), pp. 28-50, 1938.

_____.². Geography and Foreign Policy, II. **The American Political Science Review**, Baltimore, Vol. 32, No. 2 (Apr., 1938), pp. 213-236, 1938.

Sputnik Brasil. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

Televisión del Sur. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net>>. Acesso em 20 ago. 2017.

The Intercept Brasil. Disponível em <<https://theintercept.com/brasil/>>. Acesso em 29 set. 2020.

THE NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Meeting with President Emílio Garrastazu Médici of Brazil** on Thursday, December 9, 1971, at 10:00 a.m., in the President's Office. Memorandum for the President's File. The White House, December 9, 1971. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf>>. Acesso em: out. 2020.

The New York Times. Disponível em: <www.nytimes.com/>. Acesso em: 3 set. 2017.

THE OPEC ANNUAL STATISTICAL BULLETIN. Vienna: **OPEC**. v. 54, 2019. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm>. Acesso em out. 2020.

TILLY, C. **Coerção, Capital e Estados Europeus**, Edusp. São Paulo, 1996, cap 3, 5 e 6.

Time Magazine. Disponível em: <<http://time.com>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

TOMÉ, Luis. Gato preto, gato branco: a geoestratégia da China. **Política Internacional**. Lisboa: n. 31, 2006.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. Brasileira, 1938.

UC, Pablo. El discurso geopolítico del petróleo como representación espacial dominante de la economía política internacional. **Argumentos (Méx.)**, México , v. 21, n. 58, p. 109-133, dic. 2008 . Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952008000300004&lng=es&nrm=iso>. accedido en 02 nov. 2017.

Uol notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 2 set. 2017.

Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/>>. Acesso em: 2 set. 2017.

VASCONCELLOS, Patricia. **Da Crimeia aos Balcãs: a projeção de poder russa e a questão étnico-cultural**. 2016, 117 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

WHITE HOUSE. President Barack Obama, **Blueprint for a Secure Energy Future**. Washington, 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/blueprint_secure_energy_future.pdf>. Acesso em: 29. set. 2020.

ZAJEC, Olivier. **A China quer os mares**. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2008-09,a2602>>. Acesso em: 20 de outubro de 2017.